



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 107ª
(CENTÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 104ª Sessão Ordinária;
- Ata da 105ª Sessão Ordinária;
- Ata da 106ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

– Ata da 33ª Sessão Extraordinária.

Informo que, no Comunicado da Presidência feito na 104ª Sessão Ordinária, onde consta a data de 17 de novembro de 2015, leia-se 10 de novembro de 2015. Solicito ao Setor de Taquigrafia e ao Setor de Tramitação, Ata e Súmula que procedam às devidas correções.

Nota Técnica ao Projeto de Lei nº 19, de 2015. Durante a elaboração da redação final deste projeto de lei, foi detectada a seguinte inconsistência: a ementa traz a obrigatoriedade de constar no boleto de pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA a informação sobre a alíquota adotada para o cálculo do imposto. Já o art. 1º dispõe que, no referido boleto, deve constar informação sobre a base de cálculo adotada.

Como alíquota e base de cálculo são dois conceitos diferentes, consultou-se o gabinete do autor do projeto, Deputado Robério Negreiros, para saber qual a intenção do legislador, esclarecendo-se que, tanto na ementa quanto no art. 1º, a expressão adotada deveria ser "alíquota".

Diante do exposto, a Comissão de Constituição e Justiça procedeu à correção do art. 1º.

Neste sentido, submeto ao Plenário as alterações lidas. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, declaro aprovadas as retificações da redação final.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. a inclusão extrapauta de quatro itens sobre os quais conversamos ontem no Colégio de Líderes e houve acordo. Eu queria que fossem incluídos com itens extrapauta: o Projeto de Lei nº 742, que é o item extrapauta nº1; o Projeto de Lei nº 744; o Projeto de Lei nº 770; o Projeto de Lei nº 783. Então, seriam esses os itens extrapauta nºs 1, 2, 3 e 4, conforme foi combinado ontem no Colégio de Líderes, de que V.Exa. participou.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Para registro da Taquigrafia, são todos projetos de 2015, Deputado?

DEPUTADO JULIO CESAR – Todos são projetos de 2015.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – O Projeto de Lei nº 770 diz respeito à CEB – Companhia Energética de Brasília. A princípio, há uma dívida da CEB com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica de 140



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

milhões que precisa ser paga até sexta-feira. Então, estamos remanejando, dentro das próprias rubricas orçamentárias, em torno de 39 milhões e pouco para podermos suplementar essa área para fazer parte desse pagamento. Porém parece-me que há um artigo aqui no projeto que trata de outro assunto. Então, por hora, até a assessoria dar uma olhada, não há acordo nesse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato os pedidos do nobre Deputado Julio Cesar e do nobre Deputado Cristiano Araújo. Apenas ressaltar à CEB, a exemplo do que foi feito hoje quando emiti parecer sobre a matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que, em assuntos dessa natureza, proceda de maneira antecipada, deixando às comissões e ao Plenário desta Casa mais tempo para analisar o projeto.

Antes de dar início aos Comunicados de Líderes, previstos no Regimento, eu gostaria de cumprimentar o pessoal de Vicente Pires que se encontra aqui na galeria; o pessoal da Defensoria Pública que está presente; o pessoal do condomínio Bougainville; e também o pessoal do transporte comunitário do Itapoã e do Paranoá que está presente.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

O nobre Deputado Chico Vigilante pede para ser convocado mais adiante.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um rápido registro no plenário desta Casa e cumprimentar todos os moradores de condomínios e os que estão acompanhando o projeto de lei da Defensoria Pública. É uma enorme satisfação tê-los aqui.

Deputado Agaciel Maia, eu queria registrar que hoje, em visita ao Comandante do Corpo de Bombeiros, tive uma informação extremamente positiva, que foi a do envio de onze caminhões de água mineral, doados voluntariamente, durante três dias, pela população do Distrito Federal, à população afetada pela contaminação do Rio Doce. Essa corporação teve um apoio no transporte e conseguiu onze carretas de água. Isso é uma demonstração de que Brasília, nesse momento, solidariza-se com a população próxima ao Rio Doce.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Naturalmente, há outras organizações que estão fazendo esse trabalho. Inclusive, a minha comunidade religiosa está fazendo esse trabalho de levantamento de fundos, e eu queria aqui registrar os meus cumprimentos às entidades que estão colhendo donativos de toda variedade possível para enviar aos nossos conterrâneos, principalmente de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero registrar, em nome de todos os colegas Deputados... E parabenizá-lo, Deputado Wasny de Roure, pela dedicação e esforço que V.Exa. tem demonstrado não só com os problemas do Distrito Federal. V.Exa., sempre um homem muito humanitário, está sensibilizado, inclusive, com a grande devastação que ocorreu em decorrência do rompimento da usina lá em Minas Gerais. Parabéns V.Exa. em nome de todos os Deputados.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, pela liderança da Rede Sustentabilidade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, pela liderança do PSB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel, pela liderança do Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, pela liderança do Bloco da Minoria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela liderança do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, cumprimentar todas as pessoas que estão na galeria, buscando não só o reconhecimento dos seus direitos por esta Casa, mas também denunciando um conjunto de arbitrariedades que vêm acontecendo no Distrito Federal. Acho que algumas coisas que vêm acontecendo são simplesmente inaceitáveis.

Sr. Presidente, quero, no dia de hoje, dizer que eu, particularmente, estou muito feliz. Hoje estou vendo o coroamento de um trabalho de doze anos. Tenho em minhas mãos o relatório produzido pela CPI dos Combustíveis, em 2003, quando apuramos, denunciemos e indicamos os operadores do cartel. E, para minha felicidade, estou vendo que boa parte das pessoas que está em nosso relatório, que foi denunciada naquele tempo, hoje está presa na Polícia Federal. Nós provamos, já naquele tempo, que o sobrepreço que acontecia nos combustíveis do Distrito Federal, especialmente da gasolina, era de 20%. E hoje a Polícia Federal, com o GAECO – Grupo de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, comprova isso. Nós mostramos que a sonegação fiscal operada pelo cartel, na época, era de 150 milhões de reais, dos impostos que pagamos. Provamos, na época da CPI – está aqui no relatório –, que existia um conluio entre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

BR Distribuidora e a Rede Gasol de Combustíveis. Inclusive, o Tribunal de Contas se manifestou acatando a denúncia que fizemos. De lá para cá, eles conseguiram derrubar isso na Justiça, mas eu não parei um minuto. Todas as vezes que eles aumentavam o preço, lá estava eu, denunciando-os ao Ministério Público. Fui algumas vezes à Comissão de Defesa do Consumidor e estive por diversas vezes no CADE, denunciando exatamente essa situação no Distrito Federal.

Denunciamos também, na época, a falsificação da gasolina. Simplesmente, eles adicionavam solvente à gasolina. Colhemos depoimentos, naquele tempo, de que estavam falsificando até o querosene de aviação, que vinha de Betim, chegava a uma estrada de Minas e tinha a falsificação também.

Nós provamos que o cartel operou no sentido de fazer com que o diesel aditivado não entrasse no Distrito Federal. Provamos também que eles dificultavam ao máximo a venda do etanol – que é o álcool – aqui no Distrito Federal, para dificultar ainda mais a vida dos consumidores.

Provamos, por fim, na época, que a praça que mais dá lucro no Brasil é exatamente o Distrito Federal e mostramos quem eram os operadores do cartel. Os mesmos que estão presos hoje, já naquele tempo, nós os indicamos por conta da CPI.

Portanto, hoje é um dia de glória para a população do Distrito Federal. Espero que a Justiça agora cumpra a parte dela. Que a investigação iniciada naquele tempo – quero citar alguns personagens que fizeram parte direta disto, como, por exemplo, o Procurador-Geral do Distrito Federal, na época Promotor de Defesa do Consumidor, Dr. Leonardo Bessa; a Deputada Eurides Brito, que, com firmeza, foi a Presidenta da CPI, e eu, o Relator... É importante a gente registrar isso.

Hoje também posso revelar aqui, Deputado Agaciel Maia, uma manobra quando coletei a assinatura para a CPI. Na hora da instalação da CPI, o então Deputado Distrital Augusto Carvalho fez uma manobra com o Brunelli, por meio da qual um assumiria a presidência e o outro a relatoria – a gente sabe que, aí, não ia dar em nada –, mas consegui fazer um acordo político, na época, com o Deputado Pedro Passos. Quebramos o acordo que eles haviam feito e elegemos para a presidência da CPI a Deputada Eurides Brito, que me nomeou relator – lembro que o relator é escolhido e não votado. Foi o entendimento que fizemos para que desse resultado.

Espero, agora, que a Câmara Legislativa, que iniciou esse processo, tenha a coragem de votar agora o meu projeto que está tramitando aqui que autoriza a instalação de postos de gasolina em supermercados. Só aí nós já vamos ter uma economia de 10%, essa é a estimativa que a gente faz. Portanto, espero que esta Câmara não continue sentada em cima desse projeto protegendo o cartel porque o Ministério Público da época, a Polícia Federal fez a parte dela. E eu pergunto: e os Deputados, vão fazer a sua parte? Preciso de 13 votos. É bom que se diga que, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

primeira votação, nós tivemos aqui 23 votos. Depois, como num passe de mágica, no segundo turno, eu não tive mais os 13 votos. Tinha tido 23, e, num passe de mágica, com o cartel passeando aqui por dentro, os operadores do cartel, os Deputados se arrependeram dos votos que tinham dado. E aí eu perdi, mas reapresentei o projeto, e o projeto está aqui tramitando. Portanto, eu chamo os Srs. e as Sras. Deputadas: vamos cumprir a nossa parte? Vamos votar o projeto porque ele é fundamental para ajudar a população do Distrito Federal a se libertar do cartel dos combustíveis.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, hoje logo pela manhã, quando tomei conhecimento da ação da Polícia Federal, de imediato me lembrei de V.Exa. e quero aqui parabenizá-lo, porque essa é uma luta histórica de V.Exa. O cartel de combustível tem um grande opositor no Distrito Federal, que é o Deputado Chico Vigilante. Eu acompanho o trabalho de V.Exa. de longa data, e qualquer projeto de lei nesta Casa que seja para acabar com qualquer tipo de cartel terá o meu apoio.

Então, quero aqui parabenizar V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa.

Agora eu já conto com dois votos: o meu e o de V.Exa. Faltam mais onze.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar V.Exa. porque, na verdade, quando eu cheguei aqui em Brasília, em 2012, a gente já ouvia falar da luta que V.Exa. tinha contra o cartel dos combustíveis. E hoje, quando eu abri o jornal, vi as notícias e percebi que são 20% a mais que o consumidor paga cada vez que vai aos postos de gasolina. Eu realmente fiquei horrorizado. Isso prova, Deputado Chico Vigilante, que aquilo que V.Exa. falava e continua falando é a pura realidade.

Então, eu quero me somar a V.Exa., dizer que V.Exa. pode contar comigo também porque, na verdade, quem está sendo prejudicada é a população, e V.Exa. sempre defende o direito do cidadão.

Parabéns, e pode contar comigo. Eu sou o terceiro. Conte comigo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa. Já temos três votos, faltam dez.

Espero contar com os Deputados que estão dispostos a ajudar nesta batalha para que a gente possa aprovar a lei.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu quero também fazer o registro da sua luta, Deputado Chico Vigilante, principalmente no período em que ficamos juntos e continuamos na Comissão de Defesa do Consumidor. V.Exa. tem sempre estado do lado dos mais fracos, que são os contribuintes, que se veem impotentes. A partir do momento em que se faz cartel, você fica sem condição porque praticamente todos os estabelecimentos têm um preço só.

Então, parablenizo V.Exa. por essa luta. Eu acho que, em face desse acontecimento, essa matéria ganha um novo relevo dentro da Câmara Legislativa. Eu desejo sucesso a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa. Eu incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento e quero, para concluir, fazer alguns registros.

É importante registrar a participação da imprensa nessa caminhada. O *Correio Braziliense*. Quantas páginas o *Correio* dedicou a essa luta? *TV Globo*, *TV Record*, *TV Bandeirantes*, especialmente o jornalista Cláudio Humberto, que até chegou a ser processado por se somar a mim nessa luta. Há vários, na *CBN*, *Band News*, e, naquele tempo, ainda não havia os *blogs*, os jornais eletrônicos, e agora mais recentemente os jornais eletrônicos também se somaram a essa luta, que é uma luta da sociedade de Brasília.

Com essas prisões de hoje eu acredito que Brasília nunca mais será a mesma porque agora todo mundo sabe que existe um cartel que tem de ser combatido, e precisamos da sociedade. Quero parabenizar também as pessoas que se dispuseram, em alguns momentos, a fazer aquelas caminhadas de posto em posto, colocando cinquenta centavos de gasolina e pedindo a nota para denunciar o cartel. Era a maneira de protestar: colocando cinquenta centavos e pedindo a nota fiscal, para engarrafar a entrada dos postos.

Portanto, a população também participou diretamente dessa batalha, e começamos a ver uma perspectiva de vitória com as prisões que aconteceram hoje e os processos que estão sendo abertos.

Obrigado, Presidente Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a V.Exa., que foi o último Líder que tinha sido chamado. Eu também abro mão do meu comunicado de Líder. Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Quero avisar aos nobres colegas que se encontram em seus gabinetes que, conforme entendimento na reunião de Líderes, nós hoje pautaríamos os projetos de autoria do Poder Executivo em que houve acordo, bem como os projetos dos Deputados que foram votados – alguns não conseguiram ter seus projetos votados em primeiro turno. Então, há necessidade da presença dos Parlamentares para que comecemos a votar cedo no sentido de que possamos esgotar nossa pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje principalmente em solidariedade aos moradores de muitos condomínios aqui do Distrito Federal. Muitos inclusive estão presentes aqui agora. Eu estive agora pela manhã reunido em meu gabinete. Eu queria citar o nome de alguns deles: Davi Viana Martins, da Associação dos Condomínios do Jardim Botânico; João Marcos, do Condomínio Vicente Pires; Wander Azevedo, também lá do Jardim Botânico; Leo Viana, do Condomínio Privê; Claudemir Pita, também lá do Jardim Botânico; Hugo Pacheco, do Condomínio Minichácaras; Jorge Leal, do Condomínio Bougainville; Elianai, que é o síndico do Condomínio Bougainville; Toni Duarte, do Condomínio Tororó; e outros moradores e moradoras que eu tenho recebido desde o início do ano no meu gabinete e lá na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Desde o início do ano, Srs. Deputados, infelizmente, tem sido pauta de muitos debates aqui nesta Casa a forma com que a Agefis tem agido nessas desocupações.

Eu, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tenho acompanhado isso desde o início do ano e mais agora recentemente, principalmente lá no Bougainville. É algo que extrapola a dignidade da pessoa humana, é uma brutalidade, uma violência contra pais de família, na frente dos filhos, contra mães, um processo de desocupação sem a presença da assistência social, sem a presença da SEDHS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social, sem a presença de psicólogos, uma forma, na minha avaliação, extremamente brutal.

Eu não estou nem questionando a legalidade, porque, na minha avaliação, o Estado já vem errando muito, e há muitos anos, quando ele permite que grileiros ocupem áreas públicas, loteiem e enganem pessoas de bem. As famílias, as pessoas, passam praticamente a vida inteira juntando dinheiro para construir as suas casas, e vem a Agefis, de uma forma extremamente truculenta, violenta, e retira essas famílias, demolindo suas casas sem sequer apontar para onde as pessoas vão levar suas coisas, sem sequer apontar uma alternativa para essas famílias. Jogam as pessoas na chuva, nas ruas, e esta Casa não pode ser conivente com isso. Não podemos ser coniventes com isso. Fomos eleitos para representar o povo do Distrito Federal, seja o povo que mora no Lago Sul, nas cidades-satélites ou em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

condomínios. Não podemos, chega, basta de truculência, de violência contra trabalhadores e contra pessoas de bem que moram em condomínios!

Portanto, senhoras e senhores, na minha avaliação, a Bruna, que muita gente fala que tecnicamente é uma das melhores que já tivemos em toda a história do Distrito Federal, já mostrou que não tem sensibilidade alguma com as pessoas. Ela não tem cuidado, ela não se preocupa com o lado social, ela acha que o Estado tem de ser extremamente violento, agressivo. Retira as famílias que estão em áreas proibidas, que não são para habitação; passa o trator e manda prender. Tenho muitas imagens que os moradores me mandaram e que vou distribuir para vocês. Portanto, para mim, já passou da hora de a Bruna deixar a Agefis.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO RICARDO VALE – A Bruna está prestando um desserviço para a população do Distrito Federal quando ela não sabe dialogar, quando ela não notifica as famílias de que elas têm de se retirar do lote, quando ela toma uma série de ações, na minha opinião, fora da lei, fora da Constituição.

Eu não sei por que tanta pressa para desocupar condomínios que já existem há dez, quinze anos no Distrito Federal, sem dar uma alternativa. Não estou dizendo que as pessoas têm de ficar lá, mas o governo tem de saber dialogar, entender que lá existem famílias.

Fico vendo muitos Deputados nesta Casa que gostam de vir aqui falar da família, da importância da família, e o importante é que as famílias tenham um lar para criar seus filhos e para conviver. E no Distrito Federal o déficit é enorme.

Nós, Deputados, não podemos fazer de conta que isso não está acontecendo no Distrito Federal. É muita violência e muita truculência. Mas eu sei que o Governador Rodrigo Rollemberg não vai me escutar e não vai retirar a Bruna. Inclusive, a Bruna vai contra tudo o que o Rollemberg prometeu na campanha. O Governador Rollemberg esteve em vários condomínios e prometeu diálogo e esforços para regularizar, e não derrubar. Portanto, como eu sei que S.Exa. não vai me escutar e tirar a Bruna, estamos recolhendo assinaturas para um requerimento de convocação para que ela venha explicar o porquê de tanto ódio, de tanta violência e tão pouco diálogo com os condomínios, com os moradores, o porquê de tão pouco diálogo, inclusive, com esta Casa.

Então, solicito a todos os Deputados que assinem a convocação da Bruna. Vários já assinaram, entre eles os Deputados Chico Leite, Chico Vigilante, Robério Negreiros, Wasny de Roure, Lira e Cristiano Araújo. A Bruna precisa vir aqui e explicar por que tanta agressividade, por que tanta violência. O Deputado Raimundo Ribeiro também já se comprometeu que vai assinar. Ela precisa vir explicar. Ela precisa vir explicar como que joga trator em cima das casas das pessoas, como que entra na casa e manda prender pai de família na frente dos filhos. Pai de família! São trabalhadores! Isso é um absurdo! É inadmissível! É inaceitável!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mais uma vez peço a todos os Deputados que nos ajudem a resolver essa situação dramática que o povo que mora em condomínios está passando aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, eu fiz questão de pedir a palavra para me solidarizar com V.Exa. Nós temos que entender que o governo, por mais força que tenha – porque afinal de contas o governo, em tese, é a união de todos nós –, não pode ter força para cometer injustiças.

Eu fico muito à vontade para comentar essa questão de derrubadas, porque nós já trabalhamos na busca de alternativas para a regularização de condomínios, trabalhamos também na questão de terras. O Governo do Distrito Federal precisa ter habilidade para tratar esse caso. Primeiro, ele não pode encarar as pessoas como marginais. Ele tem que encarar as pessoas como cidadãos. A partir daí, sim, ele deve sentar, conversar e procurar a melhor solução, porque não existem pessoas a serviço da cidade. Existe a cidade a serviço das pessoas.

Eu estive lá em Vicente Pires e tive a oportunidade de conversar com inúmeros chacareiros que conseguiram resistir à especulação imobiliária, Deputado Wasny de Roure. Esses chacareiros, nesse momento, estão sendo ameaçados de terem utilizadas as suas chácaras, que eles mantiveram no projeto original, pelos chamados equipamentos públicos. Espere aí! Tem que discutir com a sociedade! Não dá para o Estado chegar usando uma força desproporcional e querer oprimir as pessoas. Ao contrário, as pessoas precisam ser ouvidas, e elas, melhor do que ninguém, é que podem dizer qual é a cidade que elas desejam.

Então, eu acho que é muito acertado, Deputado, que a gente chame os órgãos do governo para virem aqui explicar isso, porque esta Casa é realmente a ouvidoria da população. Nós temos que estar com os ouvidos atentos para saber o que a população quer, para, a partir daí, nós podermos exercer livremente o nosso papel fiscalizador.

Parabéns pela iniciativa, Deputado!

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a oportunidade e já abro mão de falar nos Comunicados de Parlamentares.

Eu gostaria apenas de fazer um adendo aqui ao que o nobre Deputado Ricardo Vale pronunciou, parabenizando a sua coragem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Creio que chegou a hora, sim, de fazermos esse requerimento de convocação – e não convite, como fazemos de praxe – à Sra. Bruna, da Agefis, que tem feito ações de uma maneira truculenta. Em mais de 70% do Distrito Federal há problema de regularização. Então, a gente vai pegar o Distrito Federal quase inteiro. Teríamos que aumentar o orçamento da Agefis para poder fazer essas ações.

O que acontece com o governo, de uma maneira desastrada, é que ele não se comunica sequer com os Parlamentares, avaliem com a comunidade. Não tem comunicação, não tem respeito. Eu não sei onde esse governo quer parar. Eu dou um exemplo aqui. Hoje foi publicado um cancelamento, que as pessoas perguntavam... Estão fazendo a desocupação na orla. Até aí, tudo bem. Decisão judicial se cumpre, mas se cumpre o que está escrito lá em relação aos trinta metros. Fizeram hoje um cancelamento com a única rubrica que existia, de recuperação das áreas, uma quantia pífia de 325 mil reais. Então, o governo derruba sem ter dinheiro para poder recuperar. É algo muito estranho, desastroso. Não tem uma sintonia! E essa população sofrida em relação à questão de moradia... Se formos falar em questão de regularidade, 70% do Distrito Federal não tem essa regularidade em relação à questão dos condomínios.

Então, eu pugno o governo para que ele tome algum posicionamento. Ponha a mão na consciência e comece a dialogar pelo menos com a sociedade civil.

E quanto à convocação da Bruna, eu vi Deputado da Base do governo falando para convidá-la. Realmente, nós temos de ser elegantes, às vezes, mas a Bruna não tem vindo aqui em nenhuma audiência pública. Ela manda subalternos, porque não tem coragem de enfrentar os Parlamentares.

Então, parabéns! Contem comigo. Quanto à minha assinatura, nem o Papa tira ela. Espero que, se possível, esta Casa vote ainda hoje essa convocação, sob pena de a Sra. Bruna responder pelo crime de desobediência.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos assistindo a esse filme já há algum tempo e houve uma tentativa de construir e sensibilizar o governo.

Eu tenho o entendimento de que a Agefis, nesse momento, cumpre uma ordem do Governador, Deputado Ricardo Vale. Eu acho que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar tem de fazer esse enfrentamento com o Governo do Distrito Federal. Acho que não há uma saída.

Agora, nós precisamos ter a clareza de que não é na base do discurso fácil, porque nessa questão da terra temos realmente problemas sérios. Eu não tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

nenhuma dificuldade em adentrar essa discussão; agora, temos de fazer com a devida seriedade, com a devida consequência. Nesse sentido, contem comigo, contem com o meu apoio, com a minha presença. É fundamental darmos cobertura de responsabilidade, porque a comissão de direitos humanos tem o papel de tratar respeitosamente na condução de uma decisão, e não à violência, não a procedimento desrespeitoso à casa, à intimidade da família, etc.

Do ponto de vista de ter que adentrar matéria fundiária propriamente dita, isso é o crucial. Eu proponho que a Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia – e aqui está a Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários presente –, constitua uma subcomissão. Isso é possível! O Regimento Interno prevê, na questão específica dos condomínios. Nós temos a Deputada Telma Rufino, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, que inclusive provém de uma localidade que sistematicamente tem enfrentado a Agefis com enorme dificuldade. Então, creio que a Casa, neste momento, tem que se organizar para poder fazer esse enfrentamento com o Governo do Distrito Federal.

Deputado Robério Negreiros, tenho o maior respeito por V.Exa., mas a questão do conflito de terras não se resume à Bruna não; resume-se ao Sr. Governador Rodrigo Rollemberg. Desculpe-me, mas esse é o meu entendimento. (Palmas.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, demais Deputados, amigos que estão na galeria, boa tarde a vocês.

Em primeiro lugar, nós temos tido boa vontade de ajudar, Igor, naquilo que acontece nos projetos do governo aqui dentro desta Casa, mas não posso me calar, mais uma vez. Arbitrariamente, a Bruna pega a Agefis e vai ao Sol Nascente derrubar 680 casas. Mais ainda, eu tenho aqui, Igor, você que representa o governo, uma foto de um pai, de uma mãe e de uma criança, dentro de um templo. Hoje, eles derrubaram um templo evangélico, um templo católico... Um governo que derruba igrejas não merece o meu respeito.

Agora, temos que entender essa luta nossa em Vicente Pires, no Sol Nascente e em tantos outros lugares... Eu acho, Igor – e leve esse recado para o Governador –, que o Governador tem que aprender a ouvir. Enquanto ele não ouvir, ele vai ter problemas enormes. Ora, nós conversamos com a Bruna. Ela veio aqui, disse que nos ouviria. O ouvir dela foi pegar um aparato policial, as máquinas do governo e passar por cima de 680 casas do Sol Nascente. Isso é inadmissível! Isso não faz parte de um governo que defende a população carente! E eu gostaria de dizer mais: você pega Bougainville, Sol Nascente, Vicente Pires – o Distrito Federal –,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

as máquinas vão lá tratorar sem que o governo venha a esta Casa pelo menos dialogar conosco, ter a sensibilidade.

Quero lhe dizer, Igor, que sou um homem de palavra. Eu não deixo de cumprir os meus compromissos. Ontem, eu acordei, abri mão, votaria alguns projetos do governo. Em respeito a esses moradores de Vicente Pires, do Sol Nascente, não vou votar hoje projetos do governo, à exceção de um que é urgente, senão Brasília vai ficar sem luz, que é o da CEB. Caso contrário, até esse eu não votaria. Não voto projetos do governo. Vou romper o meu acordo porque este governo não sabe ouvir.

Aproveitando o momento, eu gostaria de parabenizar a minha amiga, Coronel Maria Costa, pela brilhante vitória na Caixa Beneficente da Polícia Militar do Distrito Federal – CABE/DF, na eleição que aconteceu no domingo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de fazer um comunicado aos Parlamentares que ainda se encontram em seus gabinetes.

Nós já encerramos os Comunicados de Líderes e estamos caminhando para o encerramento dos Comunicados de Parlamentares; em seguida, entraremos na Ordem do Dia. Como, na última sessão, alguns Parlamentares foram prejudicados porque não conseguiram que os seus projetos... Conforme estabelecido, nós estamos votando dois projetos de cada Deputado. Alguns não tiveram nem o primeiro projeto votado. Ficou acordado que hoje daríamos início à Ordem do Dia mais cedo para que esses Parlamentares prejudicados na semana anterior voltem à condição de igualdade com os demais Deputados.

Solicito aos colegas que estão nos seus gabinetes que desçam para o plenário para, logo após o encerramento dos Comunicados de Parlamentares, possamos iniciar a Ordem do Dia.

Solicito ao Deputado Ricardo Vale que conclua o seu discurso.

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Primeiro, agradeço a intervenção de todos os Deputados, o apoio. Nós já temos mais de oito assinaturas, o que já é suficiente para convocar a Bruna.

Quero dizer também que eu, assim como outros Deputados... Sempre que o governo pede, sempre que a Liderança do governo pede, os articuladores do governo pedem que a gente não convoque, que a gente convide. Eu já fiz isso várias vezes. Fiz isso com o Secretário de Saúde, fiz isso com o Secretário de Transporte, mas com a Bruna não vou fazer. Com a Bruna não vou fazer porque ela está extrapolando a relação. Ela não está tendo os cuidados com questões básicas, mínimas, de direitos humanos com as pessoas. Ela está sendo muito agressiva nas retiradas, desrespeitosa com os moradores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Portanto, eu queria dizer que respeito os líderes do governo aqui, respeito os secretários do governo, mas dessa vez não vou retirar. E peço aos Deputados e à Mesa que votem hoje esse requerimento.

Era só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Tendo em vista que vários Parlamentares chegaram depois da chamada inicial, pergunto – estamos nos Comunicados de Parlamentares – se, entre os Deputados presentes, alguém quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, moradores do Bougainville e do DF que estão aqui, eu também quero prestar a minha indignação em relação à Agefis, que a meu ver presta um desserviço à nossa sociedade, uma vez que não fiscaliza; ela deixa as coisas acontecerem, as áreas se consolidarem, para depois ter o prazer de ir lá e derrubar a casa do povo. E eu não posso compactuar com esse tipo de serviço, já que, para algumas áreas, faz vista grossa, deixa a coisa crescer, não fiscaliza; de outro lado, a gente percebe que existem interesses. Até então, não consigo entender por que em algumas áreas consegue ser tão rígida, tão brava e, em compensação, em outras áreas, a gente percebe que deixa a coisa a Deus dar. A meu ver, ou a Agefis acaba e se faz um novo órgão de fiscalização, ou, da forma que está, não tem como continuar. Por isso, já encomendei à minha assessoria técnica que fizesse um estudo sobre a lei que criou a Agefis e acredito que até amanhã nós estaremos protocolando aqui na Casa um projeto de lei alterando a lei que criou a Agefis e tirando dela os poderes que tem. Hoje ela está como todo-poderosa. Ela age e tira até o poder da Polícia Militar de fiscalizar, tira o poder de todo mundo e traz somente para si. E a gente percebe que ela não fiscaliza, ela age de acordo com seus interesses. Por isso é que tem que ser revista a lei que criou a Agefis.

Eu estive lá no Bougainville, constatei *in loco* o que aconteceu lá e não posso concordar com o que fizeram com aqueles moradores – não posso concordar. E aqui quero prestar a minha solidariedade aos moradores do Bougainville porque eu estive lá. Famílias que já moram lá há mais de dez anos, há quinze anos, e casas foram derrubadas com mais de cinco anos. E eu pergunto: quais são os critérios que a Agefis utiliza para derrubar a casa do povo? Para algumas áreas ela é realmente agressiva e para outras áreas faz ouvido de mercador. Então, era isso que eu queria saber, é um peso e duas medidas que a Agefis utiliza e, a meu ver, nós do Parlamento precisamos investigar a Agefis e saber o que realmente se passa na Agefis. Ali tem coisas que não têm explicação.

Eu realmente estou indignado. Assinei a indicação para convocar a dona Bruna aqui porque eu já fiz vários convites a ela para que venha a esta Casa e ela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

não veio. E agora, com uma convocação, espero que ela venha e possa explicar tintim por tintim o que realmente está se passando naquele órgão.

Então, senhoras e senhores, eu, como morador de São Sebastião, sou Deputado de todo o DF. Sou Deputado dos mais humildes. Enfim, fui eleito para legislar a favor do povo de Brasília como um todo e não posso concordar com o que está sendo feito no Sol Nascente, no Bougainville e também em outras áreas do DF.

Por isso, nós precisamos, sim, rever essa situação. Eu já falei outra vez com o Governador: “Governador, ou o senhor consegue colocar a Agefis para trabalhar da forma que tem que trabalhar ou ela simplesmente vai atrapalhar o seu governo”. E é o que está acontecendo, ela está atrapalhando mais do que ajudando, porque ela nem fiscaliza e também não consegue colocar ordem na casa. Em vez de ir atrás de quem está grilando terra, ela está indo atrás do trabalhador, do morador que vendeu sua geladeira, que vendeu seu carro velho, que vendeu o que não tinha para poder comprar um lote para morar. Então, isso é que não pode acontecer; não podem punir quem comprou de boa-fé – não podem punir. Por isso, eu peço ao governo realmente que reveja a situação da Agefis, porque da forma como está não pode continuar.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos.

Na semana passada, e eu quero até agradecer aos nobres colegas Deputados, nós aprovamos nesta Casa o Projeto de Lei nº 688, de minha autoria, para que sejam notificadas todas as residências antes da derrubada. Portanto, eu venho aqui pedir ao Sr. Governador... Cadê o secretário Igor? Está ali. Espero que os nobres colegas me ajudem a pedir ao Sr. Governador que – eu sei que ainda estão acontecendo as derrubadas – sejam canceladas as derrubadas enquanto S.Exa. sanciona o Projeto de Lei nº 688, de minha autoria. Têm que ser notificados.

Outra coisa: desde que iniciei nesta Casa, eu sou Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, que eu venho pedindo ao Poder Executivo para regularizar todo o Distrito Federal em vez de fazer derrubadas.

Era isso que eu vim trazer a vocês aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares. Daremos início à Ordem do Dia, mas, antes, eu consulto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento do item nº 1 ao item nº 146, relativos aos vetos constantes da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da pauta e itens extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Esclareço que começaremos a votar os projetos de autoria dos Deputados.
(Pausa.)

Não havendo manifestações contrárias, dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Por ser autor do próximo item de pauta, passo a Presidência ao Deputado Robério Negreiros.

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Item nº 149:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Apresentadas dez emendas de segundo turno em plenário; retiradas pelo autor seis emendas. As comissões deverão se manifestar sobre quatro emendas.

Peço à galeria que respeite os trabalhos, pois, quanto mais rápido fizermos as votações, existe a possibilidade de votarmos o requerimento de interesse de vocês.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Nosso parecer é pela aprovação e admissibilidade das emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator *ad hoc*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Eu gostaria de corrigir a votação do parecer da CEOF: o parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados, sendo 20 votos favoráveis e 1 abstenção do Deputado Wasny de Roure.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as quatro emendas de Plenário.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à admissibilidade do projeto, bem como das Emendas nºs 7, 8, 9 e 10, de Plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados, sendo 17 votos favoráveis e 1 abstenção do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados, sendo 17 votos favoráveis e 1 abstenção do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 687, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal dá outras providências”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 687, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou contrário ao projeto. Não tive a oportunidade de falar antes.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Assessoria de Plenário que registre e faça a correção da votação, com o voto contrário do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço o registro do meu voto contrário ao Projeto de Lei nº 687, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito à Assessoria de Plenário que faça a retificação do voto do Deputado Wasny de Roure, de “sim” para “não”.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 414, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que especifica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 414, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que especifica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 152:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 558, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Distrito Federal incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 558, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Distrito Federal incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar abstenção na votação do projeto em apreciação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à assessoria que transforme o voto favorável do Deputado Prof. Reginaldo Veras em abstenção ao Projeto de Lei nº 558, de 2015.

Item nº 153:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 601, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre o direito de o consumidor ter acesso a documento que motive a recusa ou restrição de crédito no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 601, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre o direito de o consumidor ter acesso a documento que motive a recusa ou restrição de crédito no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 154:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Foi apresentada uma emenda de Plenário. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

Quero apenas informar à galeria que os projetos aprovados em segundo turno, com dispensa de interstício para apreciação da redação final, serão submetidos à sanção do Sr. Governador.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

A emenda de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras propõe a supressão do § 2º do artigo 1º do projeto de lei.

Nosso parecer é favorável à referida emenda, inclusive, previamente com o entendimento da autora da proposição.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atendendo a pedido dos Deputados Bispo Renato Andrade e Ricardo Vale, conversei agora com o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e, por determinação dele – ele está ligando agora para a Bruna –, vão cessar todas as derrubadas no Sol Nascente e também em Sobradinho.

Estamos assumindo o compromisso de, amanhã, quarta-feira pela manhã, trazeremos a Bruna aqui para conversar com os Deputados. Desde já, está assumido o compromisso também de, no dia 3 de dezembro, dia em que o Deputado Ricardo Vale está marcando a audiência pública sobre este assunto, estarmos aqui para, realmente, conversarmos mais de perto e entender a situação que está ocorrendo.

Desde já, acatamos o pedido dos Deputados. Falei agora com o Governador. Está cessada toda derrubada no Pôr do Sol. Peço a V.Exa. que reconsidere para que possamos voltar aqui e terminar as votações do dia de hoje.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, Deputado Agaciel Maia, como o Governador garantiu que vão cessar as derrubadas, eu quero dizer que, se ele cumprir do lado de lá, eu vou cumprir do lado de cá e vou votar os projetos.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um pouco de silêncio ao auditório.

Agradeço ao Deputado Julio Cesar, que entrou em contato com o Governador e está apresentando aos Deputados, e não só para mim, uma proposta de, primeiro, cessar imediatamente as derrubadas – acho que isso é importante, parar até que possamos dialogar com a Agefis. Segundo, de trazer a Bruna até aqui para conversar comigo e com o Deputado Bispo Renato Andrade amanhã. Tudo bem. Terceiro, de colocá-la à disposição para vir aqui qualquer dia. Atendendo aos representantes dos condomínios, existe o requerimento de uma audiência pública no dia 3 de dezembro, uma quinta-feira, para que se discuta toda essa situação fundiária, todas essas derrubadas.

Nesse sentido, se o governo se compromete – e eu acredito no Líder do Governo, nos representantes e nos secretários que estão aqui –, nós vamos retirar a convocação da Bruna. Ela, o Governador e o Deputado Julio Cesar, que é o Líder do Governo, estão se comprometendo com a vinda dela aqui no dia 3 de dezembro, para essa audiência pública pedida por vocês. Pode ser assim?

Tudo isso é uma demonstração importante para a Bruna de que a população quer dialogar. Ela também precisa entender que, como gestora, ela precisa dialogar com a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu queria alertar os colegas, mas antes eu gostaria de parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade pela valentia, por ser um Deputado aguerrido ao fazer esse enfrentamento junto com o Deputado Ricardo Vale e com outros Deputados, como a Deputada Telma Rufino, o Deputado Juarezão. Parabenizo também o Deputado Julio Cesar por estar intermediando.

Eu queria alertar aos colegas, antes de conceder a palavra a outros dois Deputados, que estamos em processo de votação. Estamos no meio da votação de um projeto. Está em discussão ainda o parecer emitido pelo Deputado Wasny de Roure. Então, eu queria a compreensão dos colegas para que fossem um pouco mais breves nos pronunciamentos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para aproveitarmos o *quorum* de maioria qualificada, eu pediria que V.Exa. colocasse em votação os itens que a exigem, como o item nº 159 da pauta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Ok. Nós estamos seguindo a ordem. Já está bem próximo, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho um projeto de decreto legislativo que suspende por seis meses as ações de controle de ocupação do solo urbano nas áreas específicas. Por que razão eu fiz esse projeto? Para não acontecer o que está ocorrendo no Distrito Federal hoje: derrubadas, sem ao menos se perguntar o motivo, em áreas que poderiam ser regularizadas.

Então, eu gostaria que se incluísse na pauta de votação esse meu projeto para que, até que se manifestem, não se derrube mais nada no Distrito Federal; até que chegue a Luos à Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Nós somos testemunhas – todos os Deputados –, Deputada Liliane RORIZ, da sua luta em defesa de todos os moradores. Eu gostaria que V.Exa. informasse o número do projeto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – É o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que o inscreva conforme os procedimentos legais.

Em discussão o parecer emitido pelo Deputado Wasny de Roure ao Projeto de Lei nº 1.759, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda de plenário ao projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda ao Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Temos aqui a Emenda nº 1, que é supressiva. Sob a ótica dos aspectos que são considerados pela Comissão de Constituição e Justiça, não verificamos nenhum óbice a que se dê o encaminhamento devido ao projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.759, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero declarar meu apoio aos trabalhadores, aos pais e mães de família. Eu quero dizer que temos que convocar mesmo, para prestar esclarecimento. Em segundo lugar, eu quero pedir que seja incluída na pauta a PELO nº 18, para votação em segundo turno.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aos meus amigos. Está mantida aqui a convocação da Bruna, mas deixem-me e o Deputado Ricardo Vale conversarmos com ela amanhã. Vamos ver o que ela diz.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Pessoal, quando conseguimos construir os acordos, conseguimos ir bem. Não pararam as derrubadas? Ok. Agora vocês têm que nos ajudar. Ajudem a cumprir a outra parte. O Governador parou as derrubadas, mas pediu para nós ouvirmos a Bruna amanhã. Caso não nos sintamos convencidos, podem ter certeza de que nós vamos convocá-la. Fica bom assim?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é justamente isso. Eu peço compreensão, porque realmente entramos em contato com o Governador, que nos deu a sua palavra de não haver mais a derrubada. Eu acho que amanhã vamos equacionar tudo. Nós temos que ter esse bom senso. Não adianta também querermos passar tudo para o tensionamento. Amanhã, eu, juntamente com o Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Ricardo Vale, Deputado Lira, vamos estar aqui, todos os Deputados, justamente para lutar pelos interesses de vocês. Eu também não estou contente. Derrubaram uma igreja. Isso é um absurdo. Eu também vou estar aqui para poder lutar junto com vocês. Podem contar comigo. Nós precisamos cumprir os acordos combinados. Eu peço a compreensão de todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Eu gostaria da compreensão dos nobres colegas, porque nós temos votado o projeto de alguns Deputados já em segundo turno e, por uma questão de justiça, existe Parlamentar que nem teve seu projeto em segundo turno votado. Eu queria a compreensão. Estou acatando a solicitação do nobre Deputado Wellington Luiz, pois se trata de uma proposta de emenda à Lei Orgânica que foi votada em primeiro turno. Há um compromisso nesta Casa e há número regimental. São necessários dezesseis votos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que siga uma orientação que tem sido dada: votam-se projetos de Deputados presentes no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Nós estamos votando os projetos dos Parlamentares que estão presentes, conforme foi acertado no Colégio de Líderes.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pessoal da galeria, só quero explicar para vocês, reforçando o que o Deputado Bispo Renato Andrade disse aqui. A Câmara Legislativa já aprovou a convocação da Bruna. Ela já foi convocada. Estávamos discutindo aqui com vocês quando ela viria. O Governador ligou para ela, que já se colocou à disposição para vir amanhã. Se quisermos, ela estará aqui amanhã. Agora existe um requerimento que vocês construíram de uma audiência pública no dia 3. Portanto, se o Governador pediu e a Bruna já se colocou à disposição, eu não vejo necessidade de tensionar agora para ela vir aqui convocada. O importante é que ela vai vir aqui explicar o porquê de tanta violência e truculência contra os trabalhadores e moradores. Isso é que é importante.

Então, eu queria pedir a vocês que confiem nesta Casa, confiem nos Deputados daqui. A Bruna vai vir e, se houver necessidade, convocamo-na quantas vezes forem necessárias. Está bom?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu queria pedir compreensão. Eu estou confiando nos colegas, porque houve um acordo para votarmos algumas matérias do governo. O pessoal tem pedido para eu intercalar. Eu estou confiando em que vamos votar todos os projetos dos Deputados e, depois, vamos votar os do governo. Não há necessidade de fazermos subterfúgios. Eu acredito na palavra dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

nobres Deputados de que vamos votar todas as matérias que estão na Ordem do Dia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não estava aqui no momento da convocação da Bruna, mas eu acho que ela tem que vir, sim, dar explicações a esta Casa. Este Parlamento, desde o começo do ano, tem chamado, convidado e, às vezes, convocado tanto secretários como presidentes de empresas. Eu acho que não é nenhum constrangimento uma pessoa vir aqui e dar explicações.

Hoje, eu e a Deputada Telma Rufino ficamos, a manhã inteira, recebendo várias informações, e muitas delas nos preocupam, Sr. Presidente. Se há critérios ou se não há critérios, o que temos recebido de informações é que nem os critérios que o próprio governo demarcou estão sendo cumpridos. Isso precisa ser discutido nesta Casa, sim.

Eu não estava presente, mas eu quero falar que eu concordo, porque nem o Governador e nenhum secretário está acima deste Poder e deste Parlamento para não vir dar explicação. Eu acho, Sr. Presidente, que é muito importante que isso venha a dar, realmente, um esclarecimento para a população do Distrito Federal, que é o papel deste Poder Legislativo.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria me solidarizar com os moradores do Condomínio Bougainville e dizer que, mais do que chamar a Presidente da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal para dar explicações, temos que ter um programa do governo, pois não é só tirar o morador que pode ou não ter adquirido a área por resultado de grilagem. Isso não importa. Importa que o governo tem que ter um plano, um projeto de moradia que priorize aqueles que estão ocupando a área.

Quero dizer que vocês têm o meu apoio, sim, junto aos Deputados para cobrarmos. É muito fácil, Deputado Bispo Renato Andrade, o governo mandar tirar todo mundo de casa, arrastar, quebrar a casa e deixar pessoas ao relento. São mais problemas sociais, mais problemas que o governo não resolve. Então, eu quero me solidarizar com o Condomínio Bougainville.

Muito obrigada, Deputado.

(Manifestação na galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wellington Luiz, vamos votar o item nº 156, da Deputada Telma Rufino, que é rápido, e, em seguida, vamos votar a PELO de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem. Até agora, não tive nenhum projeto apreciado nem em primeiro nem em segundo turno. Eu gostaria de pedir que fosse apreciado o Projeto de Lei nº 683, de 2011, e o Projeto de Lei nº 231, de 2015. Peço vênua a V.Exa., no sentido deferir a votação desses dois projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a questão de ordem de V.Exa. Vou só concluir a votação destes dois itens, de autoria da Deputada Telma Rufino e do Deputado Wellington Luiz. Em seguida, vou passar a Presidência à nobre Deputada Celina Leão.

Item nº 156:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, pela manhã, o Deputado Raimundo Ribeiro me procurou, junto com alguns Parlamentares, para ver a possibilidade de a gente discutir, de forma mais ampla, a questão do projeto dos *personal trainers*. O que foi colocado? Que a gente não poderia fazer essa discussão sem chamar também o Sindicato dos Profissionais de Educação Física. Ficou acertado que vamos fazer uma reunião nesta semana.

Digo isso para deixar os proprietários de academia que querem participar desse debate mais tranquilos. Vamos fazer uma discussão com os próprios profissionais e com vocês, que são os proprietários. A nossa intenção é que não haja exploração por nenhuma das partes, nem por quem loca o espaço de vocês nem pelos proprietários de academia, com essa mão de obra.

Acho que a gente tem condição de discutir e chegar a um acordo que fique relativamente bom para os dois. Nesta Casa, tivemos muitos debates, desde o começo do ano, às vezes intensos, mas, quando conseguíamos dialogar e chegar a um acordo...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Quero registrar também a presença e a participação, nesse debate, dos Deputados Julio Cesar, Cristiano Araújo, que esteve comigo hoje, pela manhã, e Wellington Luiz.

Então, para deixá-los um pouco mais tranquilos, vamos discutir hoje um projeto que possa vir a acolher ambos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar a Deputada Celina Leão pelo entendimento nesse encaminhamento. Eu o havia sugerido a ambos os segmentos. Acho que é dessa forma que o legislador constrói, porque são dois segmentos que ajudam enormemente a sociedade.

Eu já vinha percebendo esse conflito desproporcional, e V.Exa., como autora da propositura, ao tomar essa iniciativa, honra este Parlamento e tem os meus cumprimentos, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, dizer que a gente recebe com muita satisfação essa manifestação da autora do projeto, Deputada Celina Leão. Para nós, não é nenhuma surpresa um gesto dessa grandeza, Deputada, porque sabemos que o desejo de todos os Parlamentares, em especial o de V.Exa., é que consigamos realmente fazer leis que materializem o pensamento da sociedade. Os atritos são naturais, porque os interesses legítimos se chocam muitas vezes, mas esse gesto de sabedoria de retirar o projeto de qualquer pauta de votação, nesse momento, para que possamos construir uma solução de consenso, demonstra claramente que, nesta Casa, o que procuramos fazer é realmente uma lei que materialize o pensamento majoritário do conjunto da sociedade do Distrito Federal.

Quero parabenizar vocês, que estão na galeria, porque, a cada dia que passa, esta Casa, ao se propor a receber todos, mostra claramente que o Parlamentar representa, mas quem luta seriamente por seus direitos é a população. A população precisa estar unida para fazer valer os seus direitos.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que esta Casa é a Casa do povo, e o povo tem que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

manifestar. Agradando a “a” ou a “b”, é nesse sentido que temos que fazer o nosso encaminhamento.

Parabéns, Deputada Celina Leão, por ter revisto esse posicionamento. Todos os meus colegas estavam ansiosos por este momento, para que pudéssemos entrar em um acordo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero parabenizar a Deputada Celina Leão e agradecer tanto a ela, quanto ao Deputado Raimundo Ribeiro e à própria Deputada Liliane Roriz, que, dentro dessa construção, chegaram a um entendimento para votarmos isso com mais estudo, com mais diálogo, no ano que vem.

Então, quero agradecer de coração à Deputada Celina Leão essa sensibilidade, mais uma vez provando que a gente constrói tudo com um bom diálogo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 380, de 2015.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas, por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 147:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 18, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “acrescenta o artigo 366 ao Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, o qual dispõe sobre o direito de opção de regime de trabalho aos empregados públicos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 18/2015	DATA: 24/11/2015
AUTORIA: () PODER EXECUTIVO (x) DEPUTADO WELLINGTON LUIZ	
TURNO: 1º () 2º (X)	RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			19	1	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
1	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para dizer que, caso o Deputado Rodrigo Delmasso estivesse aqui, com certeza, ele teria votado “sim”. Quero deixar registrado que, na primeira vez, ele votou “sim”. Ele está de licença paternidade, mas eu sei, conheço o Deputado, e S.Exa. também votaria “sim” com vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 4 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal de Lei nº 18, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “acrescenta o artigo 366 ao Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, o qual dispõe sobre o direito de opção de regime de trabalho aos empregados públicos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

A proposta vai à promulgação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído o Projeto de Lei nº 764, de 2015, na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não estava na votação do primeiro turno, estava viajando, e o meu voto é um voto de luta nessa matéria. É importante que os trabalhadores tenham clareza: em audiência nesta Casa, eu manifestei dessa forma. Os servidores das empresas estatais, sobretudo, foram excluídos ao longo dos anos, e conseqüentemente a situação deles hoje é de uma aposentadoria pelo INSS. O governo, em pouquíssimos casos, como o da CEB, da Caesb, criou o sistema de previdência complementar e relegou esses servidores da Novacap, da Codeplan, da SAB a uma situação de limbo, Sr. Presidente. Eu tenho a absoluta convicção de que o Deputado Wellington Luiz apresentou essa emenda no entendimento feito pelo próprio Deputado Rôney Nemer, que abraçou essa bandeira, e eu tenho a convicção de que, no Congresso Nacional, principalmente pela liderança que o Deputado Rôney Nemer tem junto ao PMDB, que inclusive hoje exerce a Presidência daquela Casa, possa de fato conseguir uma PEC plenamente aprovada para consolidar e tirar qualquer dúvida, porque eu tenho a convicção de que esta Casa é unânime em ver essa questão de natureza previdenciária dos servidores resolvida.

Sr. Presidente, foi por este motivo que votei: acreditando que teremos uma proposta de emenda à Constituição que há de consolidar isso na plenitude.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero fazer um apelo aos nobres colegas. Ainda faltam doze ou treze projetos de Deputados. Desde que comecei a presidir esta sessão, sempre houve a reivindicação – e eu neguei – de colocarmos os projetos do Executivo na frente dos projetos dos Deputados porque o pessoal alegava que os Deputados votariam e depois iriam embora.

Antes de a Deputada Celina Leão voltar a presidir a sessão, eu queria pedir, mesmo aos Parlamentares que são contrários a alguns projetos, que votemos todos os projetos dos Deputados – são doze ou treze –, quebrando esse paradigma que sempre tivemos de só votar tudo no último dia, e, ao mesmo tempo, votemos os quatro itens do governo que foram acordados aqui. Eu peço a compreensão, porque senão depois vão dizer: “O Deputado Agaciel Maia assumiu um compromisso que depois não foi honrado.”

Portanto, eu quero fazer esse apelo aos colegas. Solicito, conforme acordado, que a Deputada Celina Leão venha presidir a sessão, porque os itens que foram acordados aqui nós cumprimos e votamos todos. Portanto, convido a nobre Deputada Celina Leão a assumir a Presidência.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 663, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 203, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a prática de educação física adaptada nos estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 203, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a prática de educação física adaptada nos estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Item nº 162:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 575, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, que 'autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com as despesas de manutenção e conservação das instituições que especifica e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Designo a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



PARECER Nº DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o PROJETO DE LEI Nº 575, DE 2015, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, que Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com despesas de manutenção e conservação das instituições que especifica e dá outras providências."

AUTORA: Deputada LILIANE RORIZ

RELATORA: Deputada LUZIA DE PAULA

I – RELATÓRIO

Chega para exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 575, de 2015, de autoria da ilustre Deputada Liliane Roriz, que tem por finalidade acrescentar dispositivo à Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, que "Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com despesas de manutenção e conservação das instituições que especifica e dá outras providências."

Traz o art. 1º da proposição que será acrescentado o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, incluindo a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida entre os espaços que podem ter noventa por cento das suas despesas de manutenção e conservação custeadas pelo Distrito Federal.

Seguem nos arts. 3º e 4º as cláusulas de vigência e revogação.

Na justificativa, a nobre Autora alega que a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, conhecida como Catedral de Brasília, cumpre, desde a sua instalação o papel de guardiã da memória e da invenção de Brasília e que, por isso, merece ser tratada da mesma forma que os demais espaços previstos no art. 1º da Lei nº 5.290, de 2014.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Em conformidade com art. 69, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a Comissão de Educação, Saúde e Cultura analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias que versem sobre cultura, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer.

Em primeiro lugar devemos reputar como meritória a proposta objeto da proposição *sub examen*, a qual busca assegurar à Catedral de Brasília o mesmo tratamento que é oferecido a outros espaços de acesso público que possuem a mesma relevância para o patrimônio histórico e cultural de Brasília, e porque não dizer do Brasil.

Por isso devemos possibilitar que o Distrito Federal custeie parte das despesas de manutenção e conservação da nossa histórica e bela Catedral Metropolitana, de forma que ela continue atraindo turistas, os quais, por sua vez, contribuem para a geração de empregos para a nossa sociedade e renda para os cofres públicos.

Entretanto, verificamos um equívoco na numeração dos dispositivos da proposição, o que nos leva a apresentar uma emenda de redação com a finalidade corrigir o mencionado erro.

Assim sendo, nos manifestamos, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 575, de 2015, no âmbito desta Comissão, com o acatamento da Emenda de Redação proposta pela Relatora.

É o parecer.

Sala das Comissões, em.....

Deputado PROF. REGINALDO VERAS
Presidente

Deputada LUZIA DE PAULA
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01, DE 2015

Ao Projeto de Lei nº 575, de 2015, que
“Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.290,
de 14 de janeiro de 2014, que Autoriza o
Poder Executivo do Distrito Federal a
arcar com despesas de manutenção e
conservação das instituições que
especifica e dá outras providências.”

Os arts. 3º e 4º do Projeto de Lei passam a vigorar como arts. 2º e
3º.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por fim corrigir equívoco verificado na numeração dos dispositivos do Projeto de Lei.


Deputada **LUZIA DE PAULA**
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os meus amigos que se encontram na galeria, que estão aqui desde manhã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 575, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, que 'autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com as despesas de manutenção e conservação das instituições que especifica e dá outras providências'".

Manifestamo-nos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 575, de 2015, no âmbito desta comissão, com o acatamento da emenda de redação proposta pelo Relator.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 575, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 5.290, de 14 de janeiro de 2014, que ‘autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com as despesas de manutenção e conservação das instituições que especifica e dá outras providências’”.

Sr. Presidente, o meu voto é pela admissibilidade do projeto, acatando também a emenda da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 575, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 157:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.527, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei Distrital nº 442, de 10 de maio de 1993, que ‘dispõe sobre a classificação de Tarifas dos Serviços de Água e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências’”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.527, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei Distrital nº 442, de 10 de maio de 1993, que dispõe sobre a classificação de Tarifas dos Serviços de Água e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Ao item nº 164, referente ao Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, eu peço o apensamento do meu Projeto de Lei nº 679.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É o nº 679 o de V.Exa.?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu tenho que verificar, porque eu tenho um projeto sobre esse tema. Eu não estou lembrando o número do meu projeto, mas eu quero pedir o apensamento ou inclusão desse projeto também de nossa autoria.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ah! Eu estou entendendo. A autoria do Projeto de Lei nº 679 é de vários Deputados. É isso? Então está certo. Está ótimo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Eu gostaria de fazer mais um comunicado, reforçando a necessidade da presença dos nobres Deputados que se encontram em plenário. Faltam poucos itens para encerrarmos a votação dos projetos dos Deputados. Em seguida, há quatro projetos do governo – o que é rápido – e também a análise do veto ao orçamento da Defensoria. Faremos tudo hoje.

Item nº 158:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 21, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “acrescenta o § 12 ao art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

O Deputado Wellington Luiz solicitou que se deixasse o item nº 158 para ser...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não participo do Colégio de Líderes, porque o meu Líder é o Deputado Chico Vigilante, mas estou observando que há um absoluto desequilíbrio do ponto de vista de Srs. Parlamentares tendo tratamento na votação. Há Parlamentares com oito projetos votados, e há Parlamentares com um projeto aprovado. Eu não considero justo. Temos que manter o equilíbrio no número de projetos dos Deputados, porque parece que alguns trabalham mais do que os outros.

Eu faço um apelo a V.Exa., à Presidente da Casa, que está me ouvindo, para que retornemos a um equilíbrio do número de projetos a serem votados aqui no plenário da Casa. Peço encarecidamente que mantenhamos o equilíbrio para que os Deputados se sintam respeitados no plenário desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu esclareço a V.Exa. que, nos termos do acordo de Líderes, foram acordados apenas dois. É que dá a sensação de que alguns Deputados estão tendo mais projetos que os outros, mas não estão. Temos Deputados que não tiveram ainda nenhuma votação, a não ser projetos votados no início da legislatura. Após o acordo dos Líderes para votarmos até o encerramento, no dia 15, serão dois projetos por cada Deputado. A assessoria da Mesa está fazendo esse controle.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que coloque como próximo item o item nº 115, que é o veto da Defensoria Pública que ficou acordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Apenas para efeito de esclarecimento. Nós votaremos os projetos dos Deputados que estão na pauta, em seguida, os projetos do governo. Posteriormente, nos termos regimentais, submeteremos o veto da Defensoria à aprovação ou não dos Srs. Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Apenas para esclarecer, Deputado Wasny de Roure, se V.Exa. ou outro Deputado – posso falar com autoridade porque só tenho dois projetos, não aprovei outros durante o exercício – verificar que há Deputados com projetos aprovados no início do exercício e somaram-se a esses projetos os dois definidos pelo Colégio de Líderes, eu assumo o compromisso, como Líder do Bloco Força do Trabalho, de que no próximo semestre faremos essa compensação, nobre Deputado Wasny de Roure.

Item nº 159:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 537, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “altera o inciso III, do § 2º, do art. 3º da Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



PROJETO DE LEI Nº 537/2015	DATA: 24/11/2015
AUTORIA: () PODER EXECUTIVO (X) DEPUTADO PROF. ISRAEL	
TURNO: 1º (X) 2º ()	RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			23	0	0	1	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
23	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
1	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
23	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIA DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência justificada.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um projeto do Deputado Wasny de Roure, o PL. nº 683, de 2011, e foi feito o pedido para ele ser colocado na pauta. Eu tenho um projeto complementar a esse projeto do Deputado Wasny de Roure e quero pedir o seu pensamento, é o PL nº 104, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito a V.Exa. que encaminhe o requerimento à Mesa para que possam ser tomadas as providências cabíveis.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a gratuidade de acesso da população ao Zoológico e aos parques públicos do Distrito Federal, nas datas que especifica, e dá outras providências”.

O Deputado Wellington Luiz retirou este projeto de pauta.

Procederemos à leitura do próximo item.

Item nº 161:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 657, de 2015, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a instalação de fossas sépticas para o tratamento de dejetos humanos em cada unidade assentada dos núcleos rurais de Curralinho e Almécegas, localizados na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 657, de 2015, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a instalação de fossas sépticas para o tratamento de dejetos humanos em cada unidade assentada dos núcleos rurais de Curralinho e Almécegas, localizados na Região Administrativa de Brazlândia - RA IV”.

Sr. Presidente, para a proteção e melhoria do meio ambiente são previstas ações no sentido de evitar potenciais impactos em áreas sensíveis do Distrito Federal, devido ao funcionamento do sistema de esgotamento sanitário em regiões como Brazlândia.

Portanto, senhoras e senhores colegas Parlamentares, a proposição, além de não invadir área de iniciativa restrita nem legislar no vazio, haja vista ocorrência da previsão orçamentária para o seu suporte, é também de interesse público para atuação e prevenção de doenças, no resguardo do meio ambiente sustentável; razões mais do que suficientes para sua aprovação e para a qual peço apoio.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir o parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 657, de 2015, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Juarezão, que “dispõe sobre a instalação de fossas sépticas para o tratamento de dejetos humanos em cada unidade assentada dos núcleos rurais de Curralinho e Almécegas, localizados na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV”.

Sr. Presidente, no âmbito da CCJ somos favoráveis à admissibilidade do referido projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 657, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.006, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui e inclui o Dia da Pessoa com Altas Habilidades ou Superdotação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.006, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui e inclui o Dia da Pessoa com Altas Habilidades ou Superdotação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de dar legalidade e boa técnica legislativa à proposição sub examine, entendemos, todavia, aperfeiçoá-la com o objetivo de conferir maior efetividade e torná-la mais direta e clara, sem que se altere o espírito da matéria e seus objetivos manifestados.

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.006, de 2014, de autoria do nobre Deputado Chico Vigilante, nos termos do substitutivo apresentado em anexo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em face de a Relatora da Comissão de Constituição e Justiça apresentar projeto substitutivo, solicito ao Relator, Deputado Lira, que emita o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.006, de 2014, que “institui e inclui o Dia da Pessoa com Altas Habilidades ou Superdotação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é favorável à aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.006, de 2014.

Somos pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.006, de 2014.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 164:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

Foram apresentadas 22 emendas de plenário.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto foi amplamente debatido, inclusive já aprovado e reapresentado no primeiro semestre. No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto com o acatamento das Emendas nºs 1 a 22.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído na pauta, para votação hoje ainda, o Requerimento nº 1.260, que trata da realização de audiência pública para discutir as ações de demolição da Agefis.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. O requerimento será apreciado em bloco no final, juntamente com as moções.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão, na pauta da Ordem do Dia, da PELO nº 53, de 2013, de autoria de vários Deputados. É um texto que trata do resgate de princípios de direitos humanos no exercício das atividades de segurança pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. No que diz respeito ao entendimento com os Líderes, vou consultá-los e, em seguida, podemos colocar em votação a PELO referida por V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Aproveito para informar que faltam apenas quatro projetos dos Deputados. Em seguida apreciaremos quatro itens de projetos do Executivo, e depois análise do veto.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 679, de 2015.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

No que se refere ao mérito, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos favoráveis à aprovação do projeto, assim como a todas as emendas apresentadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal e dá outras providências”.

Somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 679, de 2015, e também das 22 emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 679, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas registrar a presença do nosso consultor jurídico, Dr. René, que muitos honram aqui na Casa. Quero lhe dar um abraço, ele tem sido um grande parceiro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero aproveitar e saudar todos os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal, que contam naturalmente com o apoio do Deputado Cláudio Abrantes e de toda a Casa. Estamos empenhados em resolver isso rapidamente.

Sra. Presidente, nobres pares, quero fazer apenas um convite. Já chegou a todos os gabinetes um memorando nosso, do Gabinete 17. Todos nós, e a Câmara Legislativa de maneira geral, temos acompanhado a luta dos estudantes de ensino público do Distrito Federal, em especial da ESCS. O Deputado Prof. Israel vai fazer uma audiência pública para debater o tema, e foi proposta uma frente parlamentar pela universidade pública do Distrito Federal. O Distrito Federal já passou da hora de ter sua própria universidade, e esta Casa quer fazer a sua parte debatendo, formulando e trazendo perspectivas para que o Distrito Federal um dia tenha de fato uma universidade pública e deixe de ficar abaixo da média nacional em oferta de vagas de ensino público superior.

Nesse sentido, convido todos os Parlamentares, e lógico, os interessados no tema, na próxima quinta-feira, às 9h, para o lançamento da frente parlamentar – que teve assinatura da totalidade dos Parlamentares – na Sala das Comissões nº 1. Então, às 9h, na próxima quinta-feira, nós traremos especialistas para falar do tema. O primeiro que vai falar sobre a universidade pública do Distrito Federal é ninguém mais, ninguém menos, do que aquele que dirigiu a Escola de Medicina durante um bom tempo e fez com que ela hoje estivesse entre as três melhores do País, que é o Dr. Murad.

Então, eu queria deixar esse convite no plenário para que todos possam acompanhar. Eu entendo que é uma causa não de um Deputado, mas deve ser da própria Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Era isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 165:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 55, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a disponibilização de espaço próprio nos sítios oficiais dos órgãos e entidades públicas do Distrito Federal para consulta sobre o andamento de documentos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a destinação preferencial aos portadores de necessidades especiais permanentes e aos idosos das unidades habitacionais localizadas em andar ou pavimento com melhores condições de acesso, desde que regularmente inscritos nos programas de habitação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 636, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição, no âmbito do Distrito Federal, do aproveitamento de pessoas em tratamento nas comunidades terapêuticas e similares, para efetuar vendas externas de produtos com intuito de arrecadar recursos financeiros, sob a alegação de fazer parte do tratamento, e dá outras providências”.

O projeto aprovado foi o Projeto de Lei nº 342, de 2011.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

A proposição não recebeu parecer das comissões.

A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 636, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição, no âmbito do Distrito Federal, do aproveitamento de pessoas em tratamento nas comunidades terapêuticas e similares, para efetuar vendas externas de produtos com intuito de arrecadar recursos financeiros, sob a alegação de fazer parte do tratamento, e dá outras providências”.

Assim, é louvável a iniciativa do autor de proibir a utilização pelas comunidades terapêuticas de pessoas por elas assistidas para a venda de produtos. Entretanto, é preciso realizar alguns reparos relativos ao Conselho de Comunidade Terapêutica e à técnica legislativa em função do que apresentamos no substitutivo.

Feitas essas considerações, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 636, de 2015, sob a forma do substitutivo em anexo, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 636, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição, no âmbito do Distrito Federal, do aproveitamento de pessoas em tratamento nas comunidades terapêuticas e similares, para efetuar vendas externas de produtos com intuito de arrecadar recursos financeiros, sob a alegação de fazer parte do tratamento, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós somos favoráveis à admissibilidade do referido projeto, acatando o substitutivo da Relatora da CAS.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto está aprovado, na forma do substitutivo, com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 636, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 192, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “institui o Painel de Monitoramento da Qualidade da Água do Distrito Federal.”

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

A matéria segue a tramitação regimental.

Acabamos de apreciar os projetos dos Parlamentares.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. Há acordo.

Votação, em bloco, das seguintes moções e requerimentos:

Item nº 170:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 261, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos pastores e demais líderes religiosos que especifica, pela difusão do Evangelho e pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 171:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 262, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, o Sr. Ezechias Paulo Heringer, *in memoriam*, pelos 25 anos de valorosos trabalhos de estudo e proteção da flora do cerrado do Distrito Federal”.

Item nº 172:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 263, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as pessoas abaixo especificadas, pelos relevantes serviços prestados à população idosa do Distrito Federal”.

Item nº 173:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 264, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à equipe do Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica do Gama, composta pela professora orientadora Alba Maria Cúrcio F. Machado e aos alunos Victor Kaio Rodrigues Pires e Mateus Caixeta Brito Mariani, pela conquista do 1º lugar no Prêmio Brasília Ciência, Tecnologia e Inovação com o projeto Alarme Health II”.

Item nº 174:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.227, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública para debater alternativas que possam ser adotadas pelo governo para acelerar o processo de regularização fundiária do Bairro Buritizinho, na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI”.

Item nº 175:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.233, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “requer a realização de audiência pública no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 26 de novembro de 2015, às 19 horas, sobre a situação da Escola Superior de Ciências da Saúde do DF”.

Item nº 176:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.234, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “requer a realização de audiência pública para debater as questões referentes ao empreendedorismo social com foco na gestão de feiras”.

Item nº 177:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.246, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “requer a transformação de sessão ordinária em comissão geral para prestação de contas, investimentos financeiros, dificuldades encontradas e planejamento para 2016, da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Item nº 178:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.249, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública no plenário desta Casa a realizar-se no dia 9 de dezembro de 2015, às 19 horas, para tratar da possível implantação da ‘Zona Azul’ na Área Central de Brasília, oportunizando o debate democrático com as entidades envolvidas e a sociedade civil organizada”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.260, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “requer a realização de audiência pública para discutir as ações de demolição de ocupações em área pública no Distrito Federal”.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 115:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 454, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências”.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria parabenizar os defensores públicos que estão aqui hoje. Eles estão em uma luta há muito tempo, desde o ano passado. Por isso, eu fico muito feliz por eles poderem comemorar o dia de hoje.

Parabéns a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao inciso XX do art. 10, aos incisos IX e X do art. 20, aos §§ 3º e 4º do art. 35, ao § 2º do art. 42, aos arts. 43 e 44, ao parágrafo único do art. 55, ao inciso IX do art. 64, aos §§ 1º e 2º do art. 66 e ao art. 85. (Pausa.)

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que proceda à leitura do parecer sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 454/2015, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 148/2015-GAG, de 03 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 454/2015, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 1246-1281.

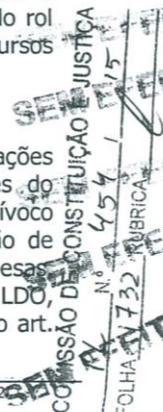
Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que vetou parcialmente os seguintes dispositivos do projeto:

Inciso XX do art. 10:

A inclusão desse dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obrigaria o Poder Executivo a encaminhar, junto ao projeto de lei orçamentária anual, a relação de todos os contratos celebrados pelo Governo do Distrito Federal com vigência em 2016 que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 7,5 milhões. Ocorre que o cumprimento dessa exigência traria prejuízo para o funcionamento de diversos órgãos do GDF, pois a elaboração do mencionado rol no prazo de menos de 45 dias importaria empregar uma boa parcela dos recursos humanos hoje existentes.

Inciso IX e X do art. 20:

Os dispositivos vetados relacionam o que seria a destinação de dotações para a concessão de renúncia tributária e para o relatório de atividades do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF). Trata-se de um equívoco formal, pois não há como destinar dotação orçamentária para a concessão de renúncia tributária nem para um relatório de atividades, por não serem despesas. Além disso, os referidos incisos constituem matéria estranha ao conteúdo da LDO, nos termos do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal combinado com o art.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	63



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



84 da Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, sendo claramente inconstitucional.

Parágrafos 3º e 4º do art. 35:

O parágrafo 3º do art. 35 do projeto procura destinar no mínimo 25% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE) para as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais. O referido dispositivo representa afronta à legislação em vigor, além de representar ameaça ao equilíbrio das contas públicas do DF. Isso porque, já existem fundos que expressamente contemplam as classes empresariais referidas, tais como: Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal (FUNGER/DF), Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal (PRÓ-DF II) e o Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico (IDEAS Industrial). Portanto, o acolhimento da destinação em duplicidade de recursos para pequenos e microempreendedores e para empreendedores individuais significaria o desprezo à ação planejada.

Parágrafo 2º do art. 42:

O nível de detalhamento proposto pelo dispositivo vetado exige estruturas administrativas não só no órgão finalístico como também nos órgãos de execução, o que demandaria a contratação de pessoal especializado, a capacitação específica no campo, além do desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação. Trata-se, portanto, de uma exigência que não pode ser atendida para o exercício de 2016, pois o GDF se vê impedido de contratar pessoal por ter ultrapassado o limite prudencial fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal já no último quadrimestre de 2014.

Art. 43 e 44:

Esse controle, apesar de importantíssimo no contexto de transparência fiscal que o GDF busca instaurar, não pode absorver mais recursos do que a própria prestação dos serviços públicos, sob pena de desrespeitar o art. 3º da Lei Orgânica. Ressalte-se, ainda, não ser possível a um dispositivo da lei ordinária estabelecer competência para um dos Poderes sem incorrer em inconstitucionalidade por invasão de competência, como faz o art. 43 ao obrigar o Poder Executivo a empreender as ações necessárias à operacionalização do SIC/DF.

Parágrafo único do art. 55:

A aprovação desse dispositivo permitirá à Defensoria Pública do Distrito Federal pleitear a expansão de seus gastos com pessoal até o limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2016, o que poderia parecer adequado caso se desconsiderasse a conjuntura econômica atual do DF. Nesse sentido, estando o GDF sob intensa restrição de gastos tanto no ano corrente quanto na previsão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
454
RUBRICA
SEM EFEITO
FOLHA 173



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	64



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



para o ano vindouro, não se pode admitir que um de seus órgãos caminhe na direção contrária, buscando expandir seus gastos.

Inciso IX do art. 64:

Ao cuidar do fomento a ser dado às manifestações culturais cristãs, o dispositivo afronta o art. 19 da Constituição da República, bem como a determinação descrita no art. 18 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que proíbe a subvenção de cultos religiosos e de igrejas. Além disso, a concessão desse privilégio constitui desrespeito à pluralidade de credos, conforme art. 246 da Lei Orgânica do DF.

Parágrafos 1º e 2º do art. 66:

Não há possibilidade, atualmente, de o GDF atender à demanda de realização do cálculo na forma concebida pelo dispositivo vetado. Primeiramente porque implicaria a criação de uma estrutura administrativa especializada no âmbito do governo, inviável diante da grave crise financeira do GDF, que ultrapassou o limite prudencial de gastos com pessoal. Em segundo lugar, o acatamento do dispositivo poderia dar ensejo a uma demanda imprevisível de cálculo e à consequente sobrecarga do Executivo, sem quem os pedidos respectivos precisassem sequer passar pelo crivo de qualquer dos colegiados do Legislativo, escapando à regra de triagem básica imposta aos requerimentos de informação, instrumento tradicional de diálogo entre os dois Poderes.

Art. 85:

É prática comum entre os ordenadores de despesa fazer empenhos ao final do exercício, buscando assegurar os recursos orçamentários para a realização de despesas que ainda não foram executadas. Essa prática gera danos para o controle das finanças e para as metas de resultados fiscais, seja porque boa parte dos empenhos é cancelada no exercício seguintes, seja porque dá ensejo à realização de um orçamento paralelo e à perda do poder para gerir os recursos. Isso contraria o interesse público, na medida em que os recursos impactados deixam de ser aplicados em ações sociais mais importantes. Além disso, o dispositivo vetado, embora inscrito na LDO de 2016, busca regular o orçamento de 2015, extrapolando o âmbito da aplicação da lei, que é anual. Nesse sentido, o dispositivo se revela inconstitucional por afrontar os princípios da anualidade e do equilíbrio orçamentário.

Também foram vetados itens na Seção I e na Seção II do Anexo IV, pelos seguintes motivos:

Embora haja notória defasagem de pessoal em diversos órgãos da administração pública do Distrito Federal e seja o Poder Executivo o maior interessado na contratação de pessoal, não há margem para expansão do quadro de servidores do GDF para além do originalmente proposto no projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2016 devido ao limite de gastos imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Importa lembrar que, desde o último quadrimestre do exercício de 2014, o DF ultrapassou o limite prudencial fixado para a despesa com

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
19/11/2015
SEM EFET
FOLHA 2106



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	65



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



a folha de pessoal (95% do limite de 49% da receita corrente líquida). Assim, o GDF está impedido de conceder vantagem, aumento ou reajuste de remuneração bem como admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvados os casos mencionados no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cumpre ressaltar, ainda, que as estimativas originalmente lançadas no projeto da LDO já apontavam que a despesa com pessoal pode atingir 53% da receita corrente líquida, se não forem logo implementadas medidas que resultem aumento de receitas. Ingressar nesse patamar é algo que se deve evitar a todo custo, pois isso acarretaria a imposição de sanções paralisantes ao Distrito Federal, tais como o impedimento de receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, sem falar da etapa prévia de redução de custos com pessoal mediante extinção de cargos e funções, redução de salários e até mesmo demissão. Resta claro, portanto, que a contratação de pessoal para além do que foi originalmente previsto no projeto da LDO é contrária ao interesse público, assim como os aumentos salariais incorporados ao projeto da LDO no curso de sua tramitação.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 454
FOLHA 2107 RUBRICA

SEM EFEITO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 454
FOLHA 173 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Se me permite, Sra. Presidente, eu quero fazer um acréscimo ao nosso relatório. Aqui nós não estamos tratando de uma questão que envolve apenas o aspecto econômico. Quando se faz uma análise apenas sobre o aspecto econômico, é porque não se sabe o que é cidadania. Cidadania se faz com assistência à população, principalmente à população que mais precisa. Humberto Gomes de Barros, que foi um dos grandes nomes no mundo jurídico, disse uma coisa que sintetiza tudo o que nós podemos votar aqui neste momento. Ele disse que a Defensoria Pública é, de todas as advocacias, a mais nobre.

Por isso, Sra. Presidente, nós não temos condições nenhuma de encontrar qualquer tipo de óbice para realmente atendermos a Defensoria Pública. Quando nós atendemos a Defensoria Pública, nós estamos fazendo uma ligação direta com a cidadania do povo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Conforme acordo de Líderes, votaremos, em primeiro lugar, os vetos parciais ao anexo IV, itens 2.18.1 e 2.18.2, linhas 79 e 80. Os demais vetos serão votados em bloco, salvo manifestação contrária dos Líderes. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, em discussão os vetos parciais ao anexo IV, itens 2.18.1 e 2.18.2, linhas 79 e 80.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, este relatório oferecido pelo governo para justificar o veto é furado. Aqui não está se falando de aumento de despesa. Aqui está se falando de uma expectativa de um possível aumento de despesa se houver as contratações. O que nós estamos fazendo é deixando aberta a possibilidade das contratações, é não colocar um torniquete que proíba as contratações.

Portanto, eu quero recomendar ao pessoal lá do governo que prepara o relatório dos vetos – porque o relatório com os motivos, as justificativas, é deles – que eles leiam direito as coisas. Isso não inclui Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso ficar claro para a imprensa que está aqui que a derrubada do veto não fere em nada a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a despesa não se concretizou. Nós estamos autorizando uma expectativa de contratação e não a contratação imediata.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu concordo com a posição do Deputado Chico Vigilante e digo mais: isso seria retirar da população a possibilidade de uma maior qualificação dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

serviços da Defensoria. Dar à Defensoria um maior alcance e reforçar os quadros dela só fortalece a sociedade civil, principalmente aquela excluída do acesso à defesa dos seus direitos. Portanto, não há como não se associar àqueles que querem derrubar esse veto.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Inicialmente, antes de colocar em votação o item – inclusive, a votação será nominal, constará o voto de todos os colegas aqui – e antes de passar a palavra ao Deputado Wellington Luiz, eu quero agradecer ao Deputado Julio Cesar, como Líder do Governo, por ter tido a sensibilidade de acatar esse pedido da Defensoria Pública, que foi colocado de forma jurídica tão competente pelo nosso querido Deputado Raimundo Ribeiro. S.Exa., como advogado que é, fez uma belíssima defesa da Defensoria Pública. Não só neste mandato, mas nos cinco anos de mandato que eu tenho aqui nesta Câmara Legislativa, sempre estivemos do lado dos advogados, sejam eles defensores ou procuradores.

Eu quero fazer uma observação aqui nesta tarde: esta Casa tem que estar do lado de quem precisa, e a Defensoria Pública atende quem precisa. Só usa um defensor público aquela pessoa que é hipossuficiente financeiramente. Hoje, as pessoas que, infelizmente, estão sem acesso às UTIs recorrem à Defensoria Pública; aquelas que estão sem acesso às creches recorrem à Defensoria Pública. Criar a possibilidade da autonomia da Defensoria Pública realmente empodera quem precisa ser empoderado para cuidar do cidadão. Vocês não podem estar sublocados, subjugados a nenhum poder, porque vocês precisam dessa autonomia.

Quero fazer um registro e um agradecimento ao núcleo que funciona hoje aqui dentro da Câmara Legislativa. Temos depoimentos de pessoas que vieram para este Poder procurando seus Parlamentares apenas com o dinheiro da passagem de vinda com problemas gravíssimos, como esses citados por mim aqui agora: falta de uma creche, falta de uma UTI. Muitas vezes, é naquele local que encontram o alento e o acesso ao Judiciário, acesso aos direitos que, muitas vezes, deveriam ser garantidos pela nossa Constituição, mas que, infelizmente, ainda não são disponíveis.

Então, eu quero agradecer, na pessoa do Dr. Ricardo, a todos os servidores que estão aqui, sejam defensores ou não, porque a Defensoria Pública hoje não é feita só de defensores. Ela também tem a parte administrativa, a parte técnica.

Esta Casa vai ter o privilégio de analisar a primeira reestrutura da autonomia de vocês. Nós é que vamos analisar esse projeto – ele já está aqui –, para que vocês possam desempenhar essa função devidamente.

A derrubada desse veto dá a possibilidade de o Governo do Distrito Federal fazer justiça com a população do Distrito Federal, porque hoje, inclusive, nós já não preenchemos as vagas e temos muitas aposentadorias para serem encaminhadas no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

ano que vem. Já estamos com quase 40% da população do Distrito Federal sem cobertura da Defensoria.

Então, acho que esta Casa, nesta tarde, tenta criar uma situação para que o Governo do Distrito Federal busque fazer justiça com a sua população.

São essas as minhas palavras. (Palmas.)

Vou passar a palavra ao Deputado Agaciel Maia, mas, antes dele, o Deputado Wellington Luiz já a havia pedido.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizá-la pelas palavras. Acho que V.Exa. resolveu quase tudo, mas quero aqui também parabenizar a Defensoria, na pessoa do Dr. Ricardo, e todos os servidores dessas regiões administrativas, na pessoa do Michael, do Bento e de outros, e dizer o seguinte: nós, que estamos aqui desde a legislatura passada, podemos testemunhar a luta dessas pessoas, desses servidores. O que fizemos hoje, aqui, nada mais foi do que possibilitar que essas pessoas possam, mais uma vez, atender com dignidade aqueles que realmente precisam. O que se quer é apenas fazer com que essas pessoas sejam tratadas com respeito, pessoas do povo e que precisam.

Então, agradecemos porque elas vieram lutar por quem precisa. Parabéns por estarem aqui, pela população mais carente. Parabéns, Ricardo! Parabéns, Michael! Parabéns a todos os servidores! Somos testemunhas da luta de vocês.

Obrigado, Sra. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu apenas quero agradecer aos Parlamentares da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Wasny de Roure, Deputado Prof. Israel, Deputado Rafael Prudente e Deputado Julio Cesar, porque foi nessa comissão que acatamos a sugestão de emenda. Senão nem o veto haveria, porque éramos a comissão de mérito.

Quero fazer o registro da participação efetiva do Ricardo e de todos os defensores na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e quero, em especial, por essa vitória que conseguiremos hoje, fazer esse agradecimento a esses quatro Deputados que votaram com o meu parecer na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, no sentido exatamente dessa questão do veto que está sendo analisado hoje.

Era esse o registro que eu queria fazer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, vou ser muito rápida. Quero me somar a todos que me antecederam e, para não repetir a mesma fala, sou testemunha da necessidade da presença maciça da Defensoria Pública nas comunidades mais carentes, para aqueles que mais precisam.

Quero aqui dizer da minha satisfação em me juntar, neste momento, à derrubada desse veto. Vivo em uma comunidade onde, se não fosse a Defensoria Pública, muitas crianças estariam na rua, muita gente estaria no cemitério e não poderia presenciar este momento.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria, nesta noite, parabenizar os defensores públicos e dizer que foi, com muito prazer, que fizemos audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça, que abraçamos esta causa. Sei que não é um sentimento apenas meu, mas de todos os Deputados que aqui estão manifestando a nobreza do trabalho de vocês.

Essa é uma causa que merece o nosso total empenho, porque ela se reflete, como a Deputada Luzia de Paula mencionou, nas comunidades, especialmente nas mais carentes. Vocês têm o nosso total apoio, e eu estou muito feliz de hoje estarmos à beira de derrubar esse veto e possibilitar novas contratações.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu só queria agradecer imensamente aos colegas Parlamentares, a V.Exa. e aos componentes do Colégio de Líderes, que defenderam, por unanimidade, a colocação desse veto. Olhem que nós ainda não debatemos nenhum outro veto!

Então, quero fazer esse registro, na presença de defensores e defensoras, de servidores e servidoras, da participação, da decisão efetiva, no Colégio de Líderes, de todos os partidos unidos.

Acho importante reconhecer o papel de V.Exa., Deputada Celina Leão, o papel da Mesa Diretora, o papel de cada um dos meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça – Presidente Deputada Sandra Faraj, Deputado Bispo Renato



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

Andrade, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Robério Negreiros –, que se colocaram em unanimidade.

De maneira que é bom, neste momento, proceder a esse reconhecimento com um consenso desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Chico Leite.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede Sustentabilidade. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e membros da Defensoria Pública, meu pronunciamento é apenas para corroborar tudo o que já foi dito sobre a Defensoria e parabenizar esta Casa pelo trabalho feito nas comissões e no plenário.

Quero dizer aos defensores públicos que o que aconteceu hoje, aqui, de se derrubar um veto do Governador, com essa força e com essa representatividade dentro do plenário, se deu porque a Defensoria Pública se impõe como um instrumento extremamente necessário para a democracia, para o Estado de Direito em que vivemos.

O que a Câmara faz hoje nada mais é do que reconhecer a importância dos senhores e das senhoras, que se dedicam a esta belíssima causa da advocacia para quem mais precisa. A Defensoria Pública tem o reconhecimento desta Casa.

Parabéns a todos! E que a gente dê condições para que a Defensoria seja cada vez mais forte e mais prestativa ao povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero me somar a todos os Deputados desta Casa e dizer que o dia de hoje é uma vitória para a Defensoria. Vocês estão de parabéns!

Estão de parabéns também todos os Deputados, porque, na verdade, foi uma causa nobre, em que todos, sem exceção, lutaram para que hoje pudéssemos derrubar esse veto.

Não posso deixar de agradecer ao Dr. Ricardo, nosso defensor, batalhador, que todos os dias, praticamente, estava aqui na Casa. Quero ressaltar o trabalho que o senhor vem fazendo à frente da Defensoria. Conte com o nosso total apoio!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Julio Cesar.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero corroborar com o que todos falaram. Eu gostaria de parabenizar a todos em nome do Professor Ricardo, Procurador-Geral, que teve uma luta incessante nesta Casa. Essa causa é muito nobre e tem o meu total apoio, até pela minha formação jurídica.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Robério Negreiros.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, diante dos comentários dos Parlamentares, também não posso ficar de fora dessa discussão e dizer que a Defensoria tem toda a minha admiração e o meu apoio.

Toda as vezes em que vocês se dirigiram ao meu gabinete, eu os recebi com muita satisfação. Votar “sim” hoje, para mim, é motivo de orgulho. Podem ter certeza de que a Defensoria conta com o meu apoio.

Quero apenas reforçar, portanto, o que os outros Parlamentares já falaram a respeito da Defensoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Lira.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

O acordo é para votar não, porque, assim, iremos derrubar o veto.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	72



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 454/2015					DATA: 24/11/2015				
ANEXO IV: ITENS 2.18.1; 2.18.2 (LINHAS 79 E 80)									
AUTORIA:					(X) PODER EXECUTIVO				
RELATOR: DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PTC		1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CHICO LEITE	REDE		1					
4	CHICO VIGILANTE	PT		1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1					
7	JUAREZÃO	PRTB		1					
8	JULIO CESAR	PRB		1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1					
10	LIRA	PHS		1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1					
12	PROF. ISRAEL	PV		1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1			
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1					
16	RICARDO VALE	PT		1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN				1			
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1					
20	SANDRA FARAJ	SD		1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	CELINA LEÃO	PDT		1					
RESULTADO			0	22	0	2	0	24	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
22	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIA DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos contrários. Houve 2 ausências.

Total de votantes: 22

O veto parcial ao Anexo IV, itens 2.18.1 e 2.18.2 está rejeitado.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Em discussão o veto aos demais itens. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	74



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 454/2015 **DATA: 24/11/2015**

Inciso XX do art. 10; incisos IX e X do art. 20; §§ 3º e 4º do art. 35; § 2º do art. 42; arts. 43 e 44; parágrafo único do art. 55; inciso IX do art. 64; §§ 1º e 2º do art. 66; art. 85.

AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE						
4	CHICO VIGILANTE	PT	1			1		
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB						
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT	1			1		
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN						
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1			1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO (X)	REJEITADO ()
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 783, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos nas causas em que o Distrito Federal seja parte, nos termos previstos pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015.”

(Pausa.)

Passemos ao próximo item de pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 744, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Serviços – ISS às atividades que especifica”.

Tramitação concluída.

Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça com duas emendas da Relatora.

Apresentada uma emenda de plenário.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas e a Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 770, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$39.817.040,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e dezessete mil e quarenta reais)”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Foram apresentadas duas emendas pela Relatora.

Antes da votação, foi solicitado vista pelo Deputado Bispo Renato Andrade em reunião realizada no dia 24 de novembro.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. já devolveu o projeto físico, com o qual V.Exa. estava, para vista, conforme acordo?

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estamos no item nº 3, que tem a relatoria da Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encontram-se atendidos os demais aspectos de regimentalidade vinculados à apreciação desta comissão, e entende-se que o projeto de lei em apreço está em pleno alinhamento com os princípios declarados em nossa Lei Orgânica e na Constituição Federal, não contrariando qualquer disposição.

Constata-se que o Projeto de Lei nº 742, de 2015, não apresenta vícios formais de natureza constitucional, legal ou regimental que impeçam sua aprovação e admissibilidade no âmbito desta comissão.

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Sandra Faraj, V.Exa. está dando parecer ao Projeto de Lei nº 742, de 2015?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, eu ainda não terminei, porque houve uma dúvida do Deputado Wasny de Roure sobre o item.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A dúvida do Deputado Wasny de Roure está correta. A Deputada Liliane Roriz leu o item nº 3, que não é o Projeto de Lei nº 742. V.Exa. está com esse parecer?

(Manifestações fora do microfone.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Este é o Projeto de Lei nº 742, isso.

Contudo, a fim de aperfeiçoar a proposição, apresentamos emendas de relatora.

Ante o exposto, por preencher os requisitos de mérito quanto ao Direito Administrativo, manifesto meu voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 742, de 2015, no âmbito desta comissão, na forma das emendas apresentadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero fazer um apelo à assessoria do Governo do Distrito Federal. Eu entendo que é um projeto absolutamente desnecessário. As ações constituem o ativo da empresa. Elas são empresas exatamente para ter a liberdade para negociar aquilo que interessa à empresa. Dizer que a CEB tem ações da Oi? Nós vamos dizer se deve vender ou não? Isso é absolutamente inócuo. Esse projeto, com todo o respeito ao governo, não faz sentido.

Sra. Presidente, eu estou discutindo o relatório do Projeto de Lei nº 742. É isso que eu entendi. É o Projeto de Lei nº 742, não é, Deputada?

Então, eu entendo que esse projeto é absolutamente desnecessário. O governo vai expor a si próprio, e isso é uma desmoralização para quem deveria entender de questões elementares até da razão e constituição das suas empresas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Eu gostaria de retificar que foi feita a leitura do item nº 3, mas na verdade é o item nº 4.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 742, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal a alienarem participações nas sociedades empresárias que especifica e dá outras providências”.

Foi sobre esse o parecer da Deputada Sandra Faraj.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 742, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 abstenção.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 742, de 2015. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 abstenção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 770, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$39.817.040,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e dezessete mil e quarenta reais)”.

Tramitação concluída.

Foram apresentadas três emendas de plenário.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 1, do Bloco Democrático Progressista, assinada pelos Deputados Cristiano Araújo, Deputado Robério Negreiros e Deputado Rafael Prudente, ao Projeto de Lei nº 770, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$39.817.040,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e dezessete mil e quarenta reais)”.

Tal emenda estabelece que fica aberto, nos termos dos artigos 50 e 54 da Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, ao Orçamento anual do Distrito Federal, para o exercício de 2015, crédito suplementar no orçamento de investimento da Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor de R\$39.817.040,00, que especifica, com a finalidade de realizar Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC na CEB Distribuição S/A”.

Do ponto de vista do ordenamento jurídico e orçamentário, não há nenhum questionamento por parte da comissão.

Portanto, nosso parecer é favorável à admissibilidade e à aprovação do referido parecer, Sra. Presidente.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Governo do Distrito Federal. Nós estamos recebendo, ainda que de maneira bastante açodada... Eu entendo, hoje é terça-feira, acho que a data limite de pagamento é na próxima sexta-feira. Quero dizer aqui em plenário – e falei isso na comissão – que tem sido feito um esforço, desde o governo anterior até o atual, de apoiar as nossas empresas: Caesb, CEB, Metrô, Novacap, Emater, Codeplan. No entanto, fizemos um enorme esforço para apoiar a CEB e a Caesb, mas precisamos ter um relatório circunstanciado dizendo o que aconteceu, o que não aconteceu, onde foi possível, onde não foi possível. Não é apenas procurar a Câmara Legislativa diante das necessidades, é procurar a Câmara mostrando o trabalho e o projeto de recuperação dessas instituições.

Portanto, faço um apelo à direção dessas empresas – Metrô, Caesb, CEB – que apresentem um plano de recuperação absoluta. Quais os problemas que receberam, quais as soluções que estão providenciando, qual é a agenda, o calendário previsto para essas propostas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, quero dizer aqui que acho muito importante a decisão que esta Casa toma agora no sentido de ajudar a empresa CEB, ajudar o governo a fazer esse remanejamento. Até porque nós sabemos que a CEB vem passando por dificuldades financeiras e precisa renovar a sua concessão; e precisa, evidentemente, quitar os empréstimos que tem de quitar.

Então, acho muito importante a decisão desta Casa, de todos os Deputados, mas quero lembrar ao governo que, além de quitar evidentemente as dívidas que tem, de fazer um plano de recuperação da empresa, é preciso entender que os servidores da CEB também precisam ter uma atenção especial. Os servidores da CEB já estão em greve há mais de quinze dias e a reivindicação, a pauta da categoria é muito simples. E o governo, assim como com as demais categorias, não está tendo a sensibilidade de entender que precisa atender as reivindicações da categoria para acabar com essa greve. O servidor da CEB é tão importante, aliás, ele é mais importante em qualquer planejamento de recuperação de uma empresa. O governo depende muito deles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

Então, eu queria aproveitar este momento que estamos aprovando o crédito para a CEB quitar as suas dívidas e também lembrar que existe uma greve no Distrito Federal, e que os empregados, os servidores da CEB precisam que o governo reveja, reabra o debate, reabra a articulação para que possamos acabar com essa greve e a empresa possa urgentemente voltar a crescer. Enfim, melhorar a sua ação aqui no Distrito Federal.

Então, era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, esse crédito trata de uma dívida que a CEB tem com a Aneel, e, para que seja feita a renovação da concessão... A CEB é uma concessionária e, se não cumpre as normas da Aneel, ela toma a concessão de volta, licita, e passa a ser privada. Portanto, o ato que estamos fazendo aqui nesse momento, de votar esse crédito, é para que se possa manter a CEB uma empresa pública de prestação e serviço de distribuição de energia elétrica aqui em Brasília.

Outras empresas estão de olho e devem ter torcido muito para que a Aneel dificultasse ao máximo a renovação dessa concessão. Até empresas que praticamente deixaram de ser públicas... É o caso da Cemig, que é uma das mais poderosas no Brasil hoje, que há muito quer comprar a CEB. É bom a gente se lembrar que, na época do Governo Arruda, a Cemig já estava aqui estudando para comprar a CEB.

Portanto, esse crédito que vamos remanejar aqui – espero que o votemos em primeiro e segundo turnos e o aprovemos – é fundamental para quitar a dívida porque, se não quitar, não tem renovação. Até onde eu sei, a Aneel estava até disposta a fazer um parcelamento para a CEB, só que as coisas em Brasília – isso aqui é uma província muito pequena – vazam rápido. Quando as outras concessionárias tomaram conhecimento de que poderia ter esse parcelamento, disseram: “Opa, por que a CEB e nós não?” Nós temos uma vizinha que está numa situação muito ruim, o Governo Federal já teve que investir milhões nela, que é a Companhia Energética de Goiás – CELG, que foi federalizada. A Celg não é mais do Estado de Goiás, ela foi federalizada.

Portanto, vou votar a favor desse remanejamento em função da importância estratégica que tem para manter...

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Deputado Wasny de Roure, eu concedo a palavra para V.Exa. daqui a pouco, pois estamos na discussão do parecer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, acho isso importante.

Eu quero ressaltar também a visita esclarecedora da Wanderly, uma pessoa em quem tenho a maior confiança. A Wanderly, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. lembra, quando assumi a Liderança do PT, em 2003, eu a convidei para que ela nos assessorasse, fizesse o que o Willemann faz hoje. Havia até um Deputado, não vou citar o nome, que era contra – e V.Exa. sabe que Deputado era contra, do PT. “Ah, mas a Wanderly é do Paulo Tadeu”. Eu falei: “A Wanderly é uma profissional”. E nós demos liberdade absoluta para que ela trabalhasse. E ela se tornou, modéstia parte, uma grande assessora, uma grande conhecedora de orçamento e uma pessoa com credibilidade – já tinha, mas aí aflorou – para vir aqui e conversar com cada um dos Deputados e expor a sua opinião. Wanderly, a sua visita foi muito esclarecedora. Você convenceu muita gente a votar a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Prof. Israel, Deputado Chico Vigilante, eu só queria... Há alguns Deputados novos nesta legislatura e há alguns que já têm experiência. Nós votamos aqui, Deputado Chico Vigilante, aquela alteração no PDOT, quando então possibilitamos à CEB que ela pudesse parcelar e colocar no mercado imobiliário a área que ela tem de reserva no Setor Sudoeste, se não me falha a memória, e, conseqüentemente, fortalecer a capitalização da empresa. Além disso, lembro-me de quando esta Casa votou a autorização de empréstimo, se não me falha a memória, junto ao BNDES, Wanderly.

Têm sido tomadas, nos últimos anos, nesta Casa, várias iniciativas de apoio e ajuda a essa empresa. Eu peço, Wanderly – o Deputado Chico Vigilante falou muito bem sobre a sua atuação –, que a CEB e a Caesb informem-nos a evolução dessas decisões que têm passado pela Casa, para que a gente saiba, de fato, o que contribuiu, o que ainda não contribuiu e o que pode vir a contribuir para que as nossas empresas sejam efetivamente saneadas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 770, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 663, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS e dá outras providências”.

Aprovado o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os meus projetos foram acolhidos; entretanto, não para esta sessão. Esse projeto foi votado hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu me sinto violentado. Eu só tive três projetos votados. Não pode se esperar de um e pode se esperar do outro? Eu acho que é um tratamento parcimonioso dessa Mesa. Não pode. Eu sou Deputado como a Deputada Liliane Roriz é. Então, eu acho que também mereço respeito por parte dessa Presidência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Deputado Wasny de Roure, eu entendo a sua solicitação. Nós temos uma situação diferenciada porque há um prazo para a votação desse projeto. E como segunda-feira é feriado, nós tememos que deixar esse projeto para mais adiante seja prejudicial, porque nós temos um limite para isso.

Então, eu peço a compreensão de V.Exa., porque apesar de ser um projeto de autoria da Deputada Liliane Roriz, há um pedido do Poder Executivo para que a gente dê uma atenção especial a esse projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que esse foi um dos motivos pelo qual votamos hoje pela manhã, e eu até pedi que fosse incluído como extrapauta pela manhã, porque foi um pedido da Deputada Liliane Roriz. Mas, na verdade, há também um consenso do governo, até porque o Refis vence agora no dia 30 de novembro, e nós queremos realmente estendê-lo, porque muitas empresas não conseguiram ainda entrar nessa recuperação fiscal. Bem como a Petrobras também tem interesse em refinarçar a sua dívida.

Então, eu peço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure, que reconsidere para que possamos... Na verdade, caso não possamos votar hoje, não votaremos amanhã, nem quinta e aí vamos passar do limite. Peço a V.Exa. essa gentileza para que a gente possa votar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Julio Cesar, V.Exa. é Líder do Governo, V.Exa. participa da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, V.Exa. deveria ter nos informado isso, porque eu não estaria fazendo o que estou fazendo agora. Mas volto a cobrar da Mesa desta Casa e do Colégio de Líderes que atendem para o tratamento isonômico entre os Deputados, pois o que está acontecendo é um absurdo. Eu não vou me calar, não vou me calar. Eu não tenho nenhuma dificuldade em ver esse projeto. Como todos sabem, eu sou contra Refis, vou votar contra, mas eu espero que essa Mesa redirecione e respeite cada um dos Deputados aqui, porque do mesmo jeito que um foi eleito, o outro foi. Então, é necessário que se mantenha o número dos projetos votados em pé de igualdade a cada um.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

(Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão dizendo que há emenda da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas não está aqui nos autos. Não tem como... Dá para votar o projeto, mas não com a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Eu solicito à Assessoria de Plenário que verifique a situação, e à Liderança do Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento como Relator.

Como o projeto está aqui e é um projeto louvável em relação à prorrogação do Refis, de autoria da Deputada Liliane Roriz, eu votaria o projeto e ficaria pendente só a emenda da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Poderia ser assim?

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Deputado Robério Negreiros, eu agradeço a proposta de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 783, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos nas causas em que o Distrito Federal seja parte, nos termos previstos pela Lei Complementar federal nº 151, de 5 de agosto de 2015”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 783, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos nas causas em que o Distrito Federal seja parte, nos termos previstos pela Lei Complementar federal nº 151, de 5 de agosto de 2015”.

Sr. Presidente, quanto à admissibilidade do Projeto de Lei nº 783, de 2015, restam atendidos os art. nºs 71 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Ademais, a proposição fundamenta-se no art. nº 15, III da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece a competência privativa do Distrito Federal para instituir e arrecadar tributos, observada a competência cumulativa deste ente.

Adicionalmente, encontram-se atendidos os demais aspectos regimentalmente vinculados à apreciação desta comissão, e entende-se que o projeto de lei em causa está em pleno alinhamento com os princípios declarados em nossa Lei Orgânica e Constituição Federal, não contrariando qualquer disposição.

E, por fim, ressaltamos que, no intuito de conferir mais clareza ao texto legal e visando adequá-lo à técnica legislativa, sugerimos a alteração de determinados dispositivos do projeto, por meio do substitutivo ao final apresentado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

As alterações sugeridas na proposição promovem mudanças de redação e em atenção à técnica legislativa.

Pelo exposto, manifesto meu voto, no âmbito desta comissão, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 783, de 2015, nos termos do substitutivo ora apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 783, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto foi votado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na sua leitura original. A Relatora, na Comissão de Constituição e Justiça, apresentou um substitutivo, e o substitutivo tem que ser apreciado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Acato a observação de V.Exa.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o substitutivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 783, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos nas causas em que o Distrito Federal seja parte, nos termos previstos pela Lei Complementar federal nº 151, de 5 de agosto de 2015”.

Na realidade, o substitutivo apenas faz o detalhamento mais criterioso do texto original que foi encaminhado à Câmara Legislativa. Portanto, não vejo nenhum óbice à admissibilidade e aprovação do referido substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 783, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. para acelerar, por conta da sessão solene. O povo já está chegando e queremos começar daqui a pouco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Consulto o Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, se a emenda já se encontra em plenário.

(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Há projetos do governo para serem aprovados em segundo turno, principalmente o da CEB. Não podemos ir embora sem aprovar especialmente o da CEB, por isso estamos aqui até agora.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos fechar esta sessão e abrir imediatamente o segundo turno, para que possamos votar os projetos. O *quorum* vai cair.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – A emenda já se encontra em plenário. Vamos dar prosseguimento com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 663, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS DF e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 663, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS DF e dá outras providências”.

Neste caso, a nobre autora está prorrogando, ela faz proposta de prorrogar o Refis até o dia 30 de dezembro. A emenda do Deputado Prof. Israel, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, coloca até o dia 18 de dezembro.

O parecer é pela admissibilidade, com o acatamento da emenda modificativa assinada pelo nobre Deputado Prof. Israel na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores aqui presentes, população do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

Distrito Federal que está aguardando a sessão solene, espero um minutinho de compreensão dos senhores. Esse é o terceiro projeto no Governo Rollemberg em que se apresenta o Refis. Nós precisamos entender que capital de giro mais barato é deixar de recolher os tributos, sobretudo tributos indiretos. A população, ao pagar o produto, já incluiu o peço do tributo, o valor do tributo. O que o governo tem feito não é novo, é novo no sentido de fazer de maneira repetitiva. Esse projeto torna o capital de giro o mais barato possível, porque o empresário vai deixar de utilizar o capital do banco para utilizar o do imposto que ele deveria recolher para pagar muito menos o custo do dinheiro.

Portanto, esse é o terceiro projeto no primeiro ano de governo. Recentemente, na cidade de Planaltina, nós votamos um até o dia 30 de novembro. Agora vamos votar outro por mais dezoito dias. Isso está criando uma cultura extremamente deseducativa. O empresário hoje é estimulado a não recolher o tributo, esperando a extinção da multa como também dos juros.

Portanto, Deputada Liliane Roriz, com todo o respeito a V.Exa., não levando em conta que é a autora desse projeto, eu tenho, pela minha consciência, o dever de votar contra isso, porque é a mesma coisa de dizer: não contribua com os impostos porque amanhã você vai deixar de pagar multa e juros e vale a pena pagar as suas contas no banco.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Deputado, só para sua informação, essa prorrogação do Refis é porque a Petrobras está devendo quase 85 milhões de reais ao Distrito Federal. Já que V.Exa. está dizendo isso, quero dizer que o senhor tem que entender que, neste momento, nós temos que utilizar as mesmas práticas do governo passado. As práticas deste governo têm que ser as mesmas. Não dá para ser diferente. Se o PT faz, o governo do Governador Rodrigo Rollemberg não pode fazer? O senhor me desculpe.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, se V.Exa. estivesse na Casa, teria ouvido o meu discurso. No primeiro projeto do Governador Rodrigo Rollemberg, eu votei favoravelmente. No projeto seguinte, também fui favorável, mas a repetição do projeto é uma atitude deseducativa. O seu pai, quando foi governador, fez isso pouquíssimas vezes. Everardo Maciel apresentou um projeto que ele mesmo, governador na época, retirou.

Portanto, estou falando de educação tributária nesta cidade. Eu não estou fazendo um ataque do ponto de vista de pegar resíduo a ser recolhido. Eu estou falando do efeito que isso provoca no empresário, pois ele pode dizer que não vale a pena recolher em dia os tributos. Ele pode pensar: Deixo de recolher, porque virá o Refis e será melhor. Não vou pagar multa nem juros.

Eu estou fazendo um debate conceitual, Deputada.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ok. Concordo, mas no governo do PT foram feitos quatro Refis.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não, senhora. Houve um.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Foram quatro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Apresente as leis.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos apressar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, registre o meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Registro o voto do Deputado Wasny de Roure contrário ao parecer.

Portanto, retificando o resultado:

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 663, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato, após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2015	15h40min	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

dos seguintes itens: Projeto de Lei nº 727, de 2015; Projeto de Lei nº 783, de 2015; Projeto de Lei nº 770, de 2015; Projeto de Lei nº 742, de 2015; Projeto de Lei nº 663, de 2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h36min.)